

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>IMPACTOS DECORRENTES DA MUDANÇA CLIMÁTICA.....</b>	<b>05</b>
<b>2</b>	<b>DINÂMICA POPULACIONAL.....</b>	<b>08</b>
2.1	O PARANÁ EM TRANSIÇÃO.....	09
2.2	TENDÊNCIAS POPULACIONAIS.....	16
2.3	CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL.....	19
2.4	MIGRAÇÃO.....	21
2.5	MOVIMENTO PENDULAR.....	29
<b>3</b>	<b>DINÂMICA TERRITORIAL.....</b>	<b>35</b>
3.1	PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL.....	36
3.2	HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS.....	41
3.3	TIPOLOGIA.....	46
3.4	RELAÇÃO TAMANHO – HIERARQUIA.....	49
3.5	REDE DE CIDADES E HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS.....	54
3.5.1	Centralidade.....	65
3.5.2	Principais Centralidades.....	71
<b>4</b>	<b>A REGIONALIZAÇÃO DO PARANÁ.....</b>	<b>79</b>
4.1.	REGIONALIZAÇÃO.....	80
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>85</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b>	IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO ZONEAMENTO AGROCLIMÁTICO DA CAFEICULTURA.....	06
<b>Figura 02</b>	POPULAÇÃO TOTAL – PARANÁ – 1950 / 2000.....	10
<b>Figura 03</b>	GRAU DE URBANIZAÇÃO – BRASIL E PARANÁ – 1950 / 2000.....	11
<b>Figura 04</b>	MUNICÍPIOS POR CLASSE DE URBANIZAÇÃO – PARANÁ – 1950 / 2000.....	12
<b>Figura 05</b>	PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS DE CENTROS NO TOTAL DO ESTADO, QUANTO A INDICADORES SELECIONADOS – PARANÁ – 2000 / 2004.....	44
<b>Figura 06</b>	TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES POR NÚMERO E POPULAÇÃO TOTAL.....	47
<b>Figura 07</b>	DENDOGRAMA DA TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	48
<b>Figura 08</b>	GRÁFICO TAMANHO – HIERARQUIA – POPULAÇÃO TOTAL MUNICIPAL.....	50
<b>Figura 09</b>	GRÁFICO TAMANHO – HIERARQUIA – POPULAÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS.....	52
<b>Figura 10</b>	CENTROS URBANOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO URBANA E NO TOTAL DE MUNICÍPIOS – PARANÁ – 1950/2000.....	54
<b>Figura 11</b>	ATENDIMENTO COM INTERNAMENTO HOSPITALAR NO PRÓPRIO MUNICÍPIO - % TOTAL.....	73

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b>	TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 1997-1980, 1980-1991 E 1991-2000.....	22
<b>Tabela 02</b>	SALDOS MIGRATÓRIOS (SM) E TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS (TLM) ESTIMADOS, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 1970-1980, 1980-1990 E 1990-2000.....	22
<b>Tabela 03</b>	FLUXOS MIGRATÓRIOS DE DATA FIXA(1) E VARIAÇÃO PERCENTUAL - PARANÁ - 1986/1991 E 1995/2000.....	24
<b>Tabela 04</b>	TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS INTERMUNICIPAIS DE DATA FIXA(1), INTERMESORREGIONAIS E INTERESTADUAIS, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - Paraná - 1986/1991 e 1995/2000.....	26
<b>Tabela 05</b>	RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS PENDULARES E POPULAÇÃO ATIVA.....	32
<b>Tabela 06</b>	INDICADORES SELECIONADOS PARA AFERIR CENTRALIDADE, CLASSES E NÚMERO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO CLASSES.....	42
<b>Tabela 07</b>	POSIÇÃO DE CENTROS – PARANÁ.....	43
<b>Tabela 08</b>	TIPOLOGIA DE MUNICÍPIOS.....	46
<b>Tabela 09</b>	POPULAÇÃO TOTAL MUNICIPAL – CRESCIMENTO 1960/2000.....	53
<b>Tabela 10</b>	COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS POR CATEGORIA E NÍVEL DE CENTRALIDADE - REGIÃO SUL - 1978 E 1993.....	66

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01</b>	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - 1991- 2000.....	14
<b>Mapa 02</b>	GRAU DE URBANIZAÇÃO.....	15
<b>Mapa 03</b>	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - 2000-2010.....	18
<b>Mapa 04</b>	CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL.....	20
<b>Mapa 05</b>	PRINCIPAIS FLUXOS INTERMESORREGIONAIS.....	28
<b>Mapa 06</b>	FLUXOS DE MOVIMENTOS PENDULARES.....	33
<b>Mapa 07</b>	PROPORÇÕES DE MOVIMENTOS PENDULARES.....	34
<b>Mapa 08</b>	OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE.....	37
<b>Mapa 09</b>	ÁREA DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	39
<b>Mapa 10</b>	FLUXOS MIGRATÓRIOS.....	40
<b>Mapa 11</b>	CONCENTRAÇÕES DE POPULAÇÃO E PRODUÇÃO.....	58
<b>Mapa 12</b>	FLUXO PREDOMINANTE DE INTERNAMENTO HOSPITALAR.....	72
<b>Mapa 13</b>	CENTRALIDADES E FLUXO DOMINANTE E VOLUME DE INTERNAMENTO HOSPITALAR.....	74
<b>Mapa 14</b>	FLUXO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAIS.....	75
<b>Mapa 15</b>	VOLUMES ABSOLUTOS DE LIGAÇÕES INTERURBANAS.....	76
<b>Mapa 16</b>	REGIÕES ADMINISTRATIVAS .....	82
<b>Mapa 17</b>	REGIÕES DE PLANEJAMENTO .....	83
<b>Mapa 18</b>	REGIONALIZAÇÃO .....	84

# 1 IMPACTOS DECORRENTES DA MUDANÇA CLIMÁTICA

Estudos sobre as mudanças climáticas no planeta mostram que existe uma intensificação preocupante do efeito estufa, fruto da interação entre as ações naturais e as ações antropogênicas, com perspectivas reais que enfatizam com veemência a ocorrência progressiva de impactos cada vez mais críticos sobre o equilíbrio da vida no planeta.

Especula-se que existe uma grande probabilidade de que o aumento na quantidade, frequência e intensidade de furacões, ciclones e tornados sejam manifestações dos novos arranjos climáticos que estão se formando.

A interferência do homem no aquecimento global e portanto nas mudanças climáticas foi oficialmente reconhecida em 1994 pela Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Entre 1850 e 2000 a temperatura média aumentou 0,5 °C. O cenário delineado no relatório "Intergovernmental Panel on Climate Change" (IPCC) da Organização Meteorológica Mundial (OMM) / WMO-PNUE / UNEP (2001) considera que nos próximos 100 anos a partir de 1990, a temperatura média deverá aumentar entre 1,4°C e 5,8°C, acarretando profundas transformações no ciclo hidrológico, com aumentos significativos na evapotranspiração potencial, na evapo-transpiração real da cobertura vegetal e na precipitação pluviométrica.

Estudos sobre os possíveis efeitos da mudança climática ainda são bastante recentes, mas os pesquisadores brasileiros já estão considerando como certo que o aquecimento global em zonas temperadas, como é o caso do Paraná, causará uma série de impactos indesejáveis.

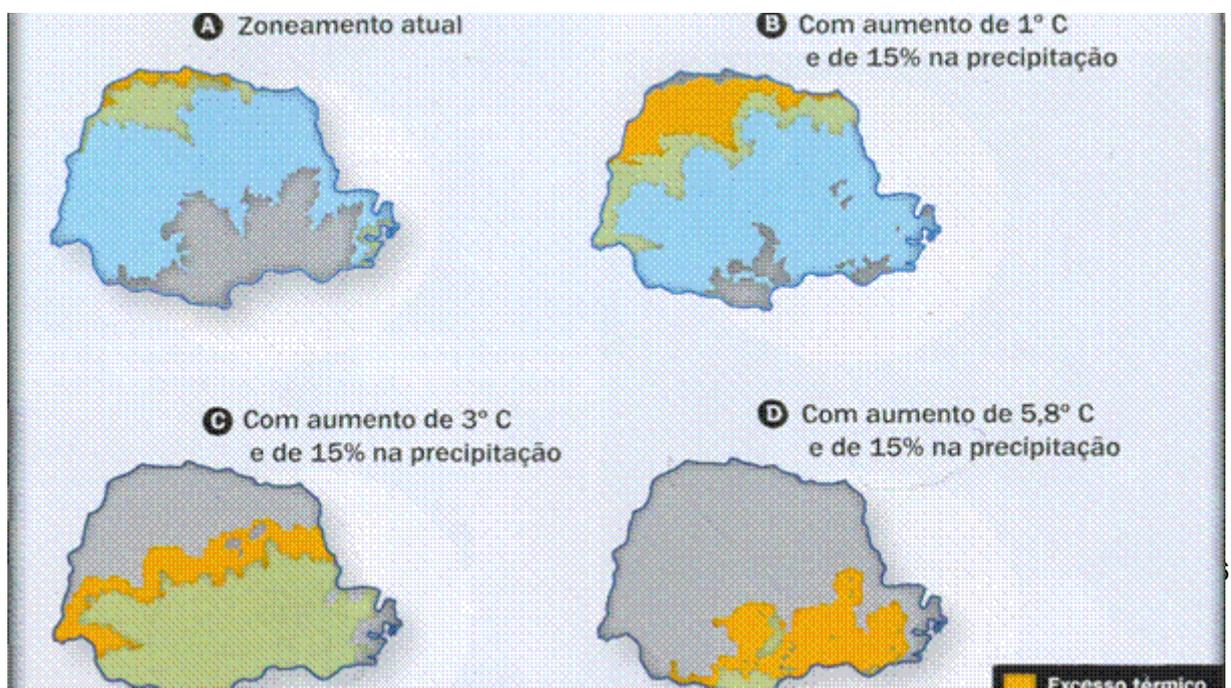
A precipitação pluviométrica, até o final do século 20, havia aumentado progressivamente (0,5% a 1,0% por década, principalmente no hemisfério norte). Na região tropical, compreendida entre 10° de latitude norte até 10° de latitude sul, esse incremento na precipitação foi de 0,2% a 0,3%.

As mudanças climáticas afetam o balanço hídrico das culturas, pois as alterações no ciclo hidrológico e na temperatura criarão condições favoráveis a perdas significativas na agropecuária, seja por seca ou por chuva forte. Portanto, afetam diretamente a base do zoneamento agrícola do Brasil - zoneamento de risco climático do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - e como não poderia deixar de ser, impactam na produção do campo e nas regras vigentes para o crédito agrícola e o seguro rural brasileiro. (Desde 1995, por determinação do Conselho Monetário Nacional, somente têm acesso ao crédito rural os Estados e as culturas contempladas no zoneamento de riscos climáticos).

Estudo feito pelo IPEA em 1992 indica que 95% das perdas na agricultura brasileira eram devidas à seca ou chuva forte. Nos três anos, de 2002 a 2004, o Paraná tem sido palco de forte preocupação e grandes prejuízos financeiros, econômicos e sociais em consequência da falta de chuvas, mudança no ciclo climático e nas agendas agrícolas.

Fruto de um estudo conjunto EMBRAPA/UNICAMP/IAC/IAPAR o projeto “Impacto das Variações do Ciclo Hidrológico no Zoneamento Agroclimático Brasileiro, em Função do Aquecimento Global”, tem como principal objetivo desenvolver uma tecnologia que permita avaliar os impactos das possíveis mudanças climáticas globais no zoneamento de risco climático do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para as culturas de soja, milho, arroz, feijão, trigo e café, em todo território nacional. Incluído neste estudo está uma simulação do impacto das mudanças climáticas no zoneamento agro climático da cafeicultura mostrado a seguir (a **Figura 01** se refere ao café mas também é bastante representativa de outras culturas perenes).

Impacto das mudanças climáticas no zoneamento agroclimático da cafeicultura



São numerosos os impactos que a mudança climática pode causar na sociedade em sua globalidade, independentemente da localização (campo ou cidade). Destacam-se os seguintes:

- proliferação de agentes causadores de doenças como cólera, dengue, leptospirose, etc.<sup>1</sup> ;
- alterações promovidas na distribuição espacial e no aumento de infestação de nematóides (raças de *Meloidogyne incognita*) e do bicho-mineiro-do-cafeeiro (*Leucoptera coffeella*), causando importantes problemas fitos sanitários da cultura de café e outras<sup>2</sup> ;
- redução da área apta ao plantio de diversas culturas;
- transformação e alteração de ciclos de produtividade e aumentos das zonas de alto risco para a produção agrícola, com significativa mudança no zoneamento das culturas<sup>3</sup> ;
- eventual modificação na disponibilidade das águas superficiais e na sua já sensivelmente comprometida capacidade de diluição de poluentes e contaminantes;
- aumento dos efeitos negativos dos assoreamentos na calha de rios e córregos;
- aumento da pressão sobre a demanda de água na estiagem, e aumento das áreas de inundação nas chuvas fortes.

---

<sup>1</sup> Laboratório de Climatologia – UFPR . *Estudos*. 2003.

<sup>2</sup> Raquel Ghini; Emília Hamada; Mário José Pedro Júnior; José Antonio Marengo – Embrapa Meio Ambiente. *Efeito de Mudanças Climáticas sobre a Distribuição Espacial de Nematóides e Bicho-Mineiro do Cafeeiro*.

<sup>3</sup> EMBRAPA/UNICAMP/IAC/IAPAR. *Impacto das Variações do Ciclo Hidrológico no Zoneamento Agroclimático Brasileiro, em Função do Aquecimento Global*.

## 2 DINÂMICA POPULACIONAL

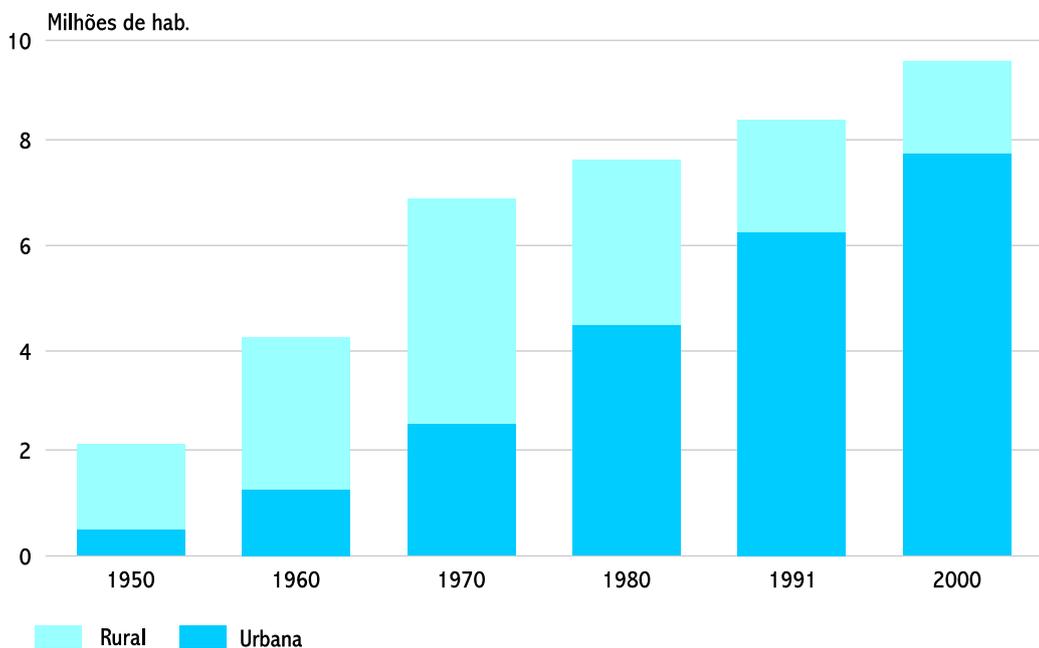
## 2.1 O PARANÁ EM TRANSIÇÃO

Diferentemente do que ocorreu em países da Europa, o processo de urbanização no Brasil foi marcadamente célere, extenso e profundo no que se refere a mudanças do ponto de vista demográfico, social e ecológico (FARIA, 1991). Deu-se num período de intenso crescimento populacional, cujo ápice foram os anos 1960, quando se agregou ao conjunto da população “cerca de novos cinquenta milhões de habitantes, isto é, um número quase igual à população total do País em 1950” (SANTOS, 1993, p.20). A partir de então, esse crescimento reforçou suas características concentradoras e passou a distribuir elevados contingentes populacionais em um número reduzido de centros urbanos (MOURA, 2004).

No Paraná, a população também cresceu fortemente no período correspondente e este crescimento intensificou-se nas décadas mais recentes, as quais se constituíram o marco da reestruturação econômica no Estado através de mudanças que geraram o esvaziamento de amplas áreas rurais, direcionando o movimento migratório para diversos centros urbanos (IPARDES, 2000; IPARDES, 2003b). As atividades do Setor Primário, em 1970, respondiam por mais de 40% da renda gerada no Estado e progressivamente passaram a ser superadas pelas do Setor Secundário, consolidando sua participação.

Tais mudanças na economia e as profundas modificações ocorridas nas relações de trabalho e na estrutura agrária resultaram em intensos fluxos migratórios internos e externos às fronteiras estaduais. Embora se observe a relativa desaceleração no processo de urbanização do Estado e que os fluxos migratórios de longa distância paulatinamente cederam lugar a movimentos de proximidade, o intenso ritmo e a horizontalidade com que se realizou esse processo deram a tônica ao movimento de transição das últimas décadas.

A população do Paraná saltou de pouco mais de 2,1 milhões de habitantes em 1950, para aproximadamente 7 milhões em 1970, com taxas geométricas de crescimento anuais próximas e/ou superiores a 5% ao ano (**Figura 02**). A partir de 1970, embora a população tenha permanecido em crescimento, as taxas geométricas sofreram uma inflexão abrupta, mantendo-se nas duas décadas seguintes menores do que 1% ao ano, revelando que o Estado perdia sua característica de absorvedor de migrantes externos (**Mapa 01**). Sinais de recuperação tornaram-se visíveis entre 1991/2000, quando a população voltou a crescer à taxa de 1,40% a.a. e o Estado atingiu a cifra elevada de 9,5 milhões de habitantes. Há que se sublinhar nesse crescimento, que a participação da população urbana no total da população paranaense manteve-se em acentuada elevação.



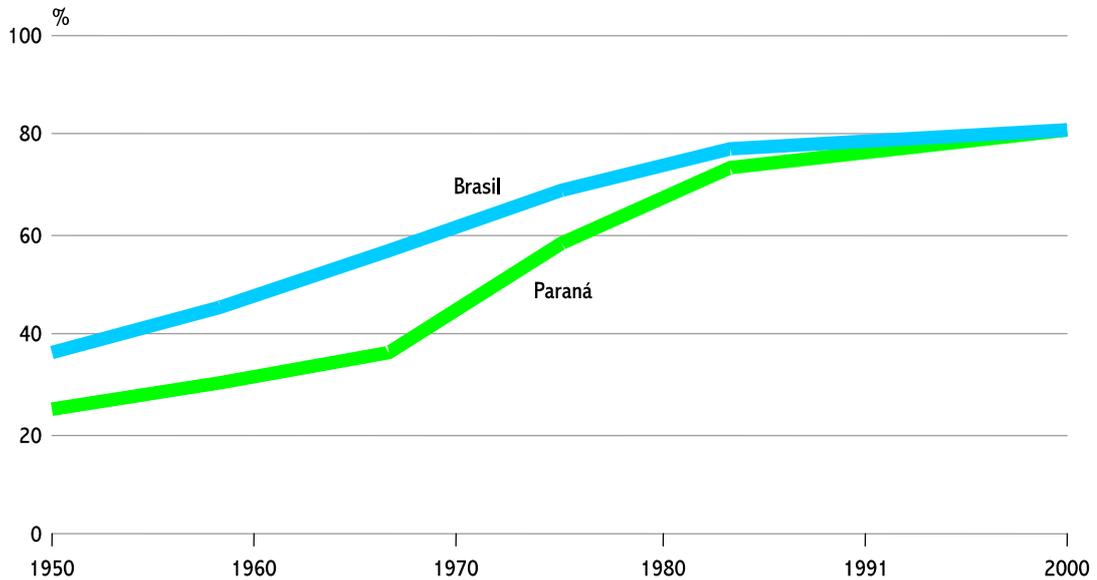
**Figura 02**

POPULAÇÃO TOTAL – PARANÁ – 1950 / 2000

Fontes: IBGE – Censo Demográfico; IPARDES – Indicadores Temáticos - 2003

Esse incremento populacional criou, num extremo, aglomerações que conjugam municípios cada vez mais populosos, com crescimento elevado (superior ao crescimento médio do Estado) e contínuo (desde os anos 1970 e/ou 1980). Noutro extremo, grande número de municípios vem apresentando contínuo decréscimo de população. Entre 1970 e 1980, 169 municípios paranaenses perderam população; entre 1980 e 1991, esse número se elevou para 185; e entre 1991 e 2000 já eram 203 municípios perdendo moradores (IPARDES, 2002) (**Mapa 01**).

Integrantes de um mesmo processo transformador, o Brasil e o Paraná deixaram para trás uma base populacional tipicamente rural e com proporções de população urbana: em torno de apenas um quarto da população total, até os anos 1950, para atingir mais de 81% no ano 2000 (**Figura 03**). Enquanto no Brasil essa inversão de proporcionalidade deu-se continuamente, no Paraná percebe-se a forte mudança entre os anos 1970 e 1990, quando o grau de urbanização saltou de 36% para 78%, prosseguindo em alta até o final do século – números que confirmam um relacionamento intrínseco entre a reestruturação da economia e os movimentos populacionais.



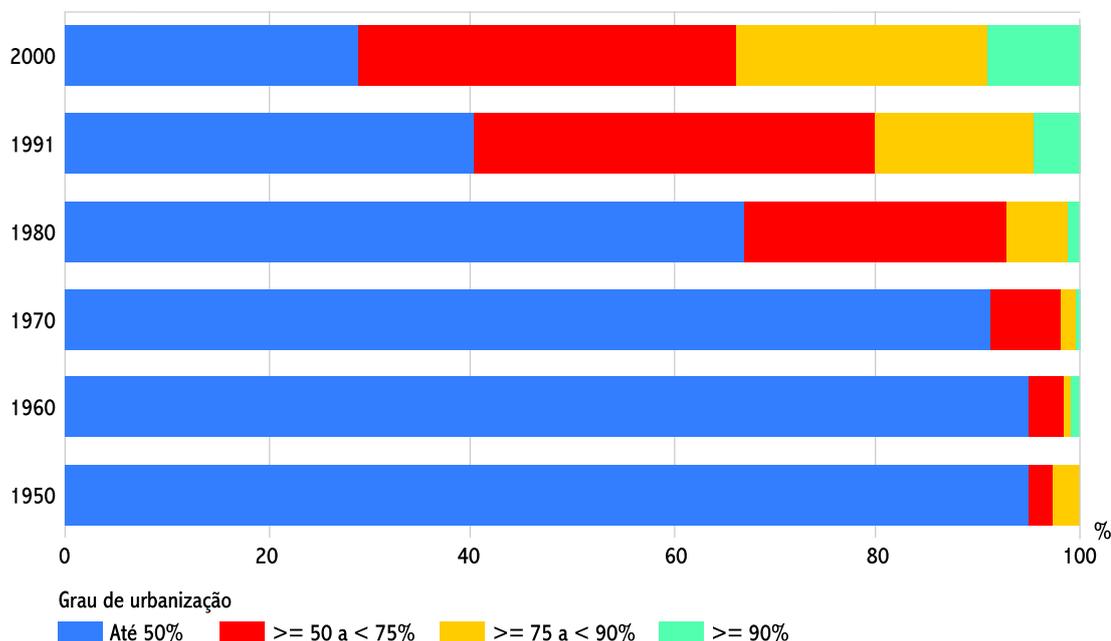
**Figura 03**

GRAU DE URBANIZAÇÃO – BRASIL E PARANÁ – 1950 / 2000

Fontes: IBGE – Censo Demográfico; IPARDES – Indicadores e Mapas Temáticos - 2003

Migrantes oriundos dos campos ou de pequenos municípios deixaram seu modo de vida tipicamente agrário ou peculiar de pequenas vilas, para se somarem aos habitantes urbanos, na acirrada disputa ao trabalho, bens e serviços, ao acesso ao solo e à cidade. Se nas cidades as contradições sociais já se faziam presentes, a urbanização, em tal intensidade ampliou as malhas construídas, fazendo surgir novos loteamentos, adensando os bairros existentes, verticalizando habitações e agudizando os conflitos e a segregação sócio-espacial, ao criar áreas servidas e equipadas ao lado de favelas e periferias carentes.

Essa urbanização atingiu horizontalmente os municípios paranaenses. Enquanto nos anos 1950 em torno de 95% deles tinham mais de metade da população vivendo em áreas rurais, no ano de 2000. Isso ocorria em apenas 29% dos municípios (**Figura 04**). Nesse ano, 37% dos municípios apresentaram graus de urbanização entre 50% e 75%, e foi também expressivo o conjunto de municípios na faixa entre 75% e 90% da população vivendo em áreas urbanas (ver **Mapa 01**).



**Figura 04**

MUNICÍPIOS POR CLASSE DE URBANIZAÇÃO – PARANÁ – 1950 / 2000

Fontes: IBGE – Censo Demográfico; IPARDES – Indicadores e Mapas Temáticos – 2003

Em 2000, aproximadamente 10% dos municípios apresentavam grau de urbanização superior a 90%, se considerado o grau de urbanização do Paraná. Nesse ano 83 municípios (81,4%) superam sua média. Estes correspondem predominantemente aos de maior porte e a alguns de tamanho intermediário, mas avizinados dos grandes centros ou localizados na faixa litorânea, formando extensões urbanas contínuas ( **Mapa 02** ).

A intensidade desse processo sobrecarregou as estruturas urbanas existentes provocando impactos nas infra-estruturas e equipamentos urbanos disponíveis. Num curto intervalo de tempo, as administrações municipais tiveram que se adaptar para responder a demandas ampliadas e modificadas. Em alguns casos, essa adaptação exigiu esforços extremados, como na Região Metropolitana de Curitiba - RMC, onde entre 1970 e 2000 a capital esteve próxima a ter sua população triplicada, passando a responder por demandas de quase 1 milhão de novos moradores. Seus municípios periféricos também se obrigaram a situações de difícil controle, presenciando um crescimento de demanda de um conjunto de moradores superior a 870 mil habitantes. Entre eles, a situação mais dramática foi imposta a Colombo, que em três décadas teve o aumento de uma base populacional de menos de 20 mil habitantes para mais de 180 mil no ano 2000.

No Interior do Estado as mudanças não foram menos expressivas: Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava, dentre outros, tiveram significativos acréscimos populacionais; porém Foz do Iguaçu apresentou os incrementos mais surpreendentes, saltando de pouco mais de 30 mil habitantes para quase 260 mil em 2000.

Nos municípios que cresceram, o processo de ocupação do solo sob a lógica da mercantilização da terra e da moradia, abriu espaço ao mercado informal da habitação. Favelas, ocupações e loteamentos irregulares adentraram áreas ambientalmente vulneráveis, tornando ainda mais instável a vida das populações obrigadas a essa condição de moradia. A ausência de investimentos maciços em infra-estrutura e serviços urbanos, voltados à atenção de demandas da coletividade, privou grandes e crescentes contingentes de moradores dos serviços de saneamento básico, saúde, educação e de transporte público. E como mais grave constatação, a incompatibilidade entre a oferta de postos de trabalho e a demanda por vagas, somada à precariedade do emprego, acentuaram a pobreza, reforçaram a insegurança e impuseram cada vez mais ao Estado o papel de provedor.

Entre os municípios que perderam população, a ociosidade de equipamentos e infra-estrutura não eliminou a desigualdade na atenção às demandas por serviços urbanos. Indicadores sociais apontam para elevadas taxas de carência tanto nos municípios periféricos aos grandes centros urbanos – peculiarizados como cidades-dormitórios – quanto em municípios com decréscimo populacional, particularmente junto à população rural dos mesmos (IPARDES, 2003b).

O processo de urbanização paranaense distribuiu 7,7 milhões de habitantes nas áreas urbanas do Estado, com um remanescente de população rural da ordem de 18,6% do total da população em 2000. Se relativamente essa proporção parece pequena, o número absoluto de 1,7 milhão de paranaenses vivendo no meio rural é significativo, evidenciando que as atividades do Setor Primário ainda exercem um papel absorvedor.

Contudo, são as áreas com maior grau de urbanização, que embora ostentem indicadores sociais de grande desigualdade, respondem pelos indicadores mais expressivos da atividade econômica. Esse padrão concentrador da riqueza se expressa na distribuição da população no território e na configuração da rede de cidades.

Nessa rede, centros e aglomerações se reforçam, não apenas com o crescimento extremamente elevado dos municípios, particularmente os periféricos aos pólos, como também pelos crescentes e diversos nexos entre centros e aglomerações vizinhas e extra-estaduais. Porém, a despeito da dinâmica econômica e populacional, tais espaços também revelam carências, o que faz com que a urbanização paranaense materialize a forte associação do urbano, não somente à modernidade mas também à pobreza.

A confirmação de tais tendências conduz à conclusão de que as cidades e seus espaços de aglomeração têm grandes desafios para que possam atingir o pretendido desenvolvimento sustentável e com justiça social (MOURA, 2004).

---

*(Mapa 01 taxa de Crescimento\_1991-2000).cdr / jpg*

---

---

inserir *Mapa 02* - @R2\_IPARDES-311

(Grau de Urbanização)

---

## 2.2 TENDÊNCIAS POPULACIONAIS

As perspectivas de crescimento ou decréscimo da população das distintas áreas territoriais do Estado, referentes ao decênio atual, baseiam-se fundamentalmente nas projeções populacionais realizadas pelo IPARDES/IBGE para os municípios paranaenses ainda no final dos anos 1990<sup>4</sup>. Naquele trabalho, adotou-se como ponto de partida das projeções o ano de 1991 e como horizonte de estimativa o ano de 2010, tendo sido utilizados os dados da Contagem Populacional de 1996 como ponto de controle para a curva projetada. Uma vez que o IPARDES ainda não produziu novas projeções incorporando os resultados do Censo Demográfico de 2000, optou-se neste momento, por corrigir as tendências para 2010 através das estimativas produzidas pelo IBGE para 2005 – em atendimento a exigências legais do Tribunal de Contas da União – visto que estas fundamentam -se nas pesquisas amostrais mais recentes, de responsabilidade daquele órgão. A despeito das correções efetuadas, ressalta-se que as estimativas para 2010 ainda devem ser consideradas preliminares, pois em breve o IPARDES produzirá novas projeções populacionais para os municípios do Estado.

No cenário evolutivo da dinâmica de crescimento populacional do Paraná existe um consenso de que de forma geral, a migração continuará desempenhando um papel central no perfil da distribuição espacial da população no território. Permanece a perspectiva, de que as principais correntes migratórias estaduais direcionem-se para a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), e secundariamente às principais aglomerações do Estado. Essas espacialidades passam a concentrar os maiores municípios do Estado, e na maioria das vezes como extravasamento da ocupação dos municípios núcleos, contém os municípios do Paraná que continuarão a apresentar as mais elevadas taxas de crescimento. Dos 18 municípios com taxa estimada de crescimento superior a 3% ao ano para o período 2000-2010, 10 encontram-se na RMC, três no Litoral, dois limítrofes a Cascavel e dois limítrofes a Maringá. A exceção nesse caso refere-se a Rio Bonito do Iguazu, município localizado na região Centro-Sul e que sedia um dos maiores assentamentos rurais do Estado. A espacialização dos dados é apresentada no **Mapa 03**. Dessa forma, o Paraná deverá prosseguir acompanhando o padrão nacional de concentração em aglomerações urbanas, reunindo conjuntos de municípios vizinhos com elevada população e intenso crescimento. Este fenômeno deverá ocorrer com maior intensidade na RMC, onde se prevê que em 2010, os nove principais municípios – além de Curitiba, outros oito municípios limítrofes: São José dos Pinhais, Araucária, Pinhais, Fazenda Rio Grande, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Largo e Piraquara – estarão concentrando 31% da população estadual. Em 1991 concentravam 22% e em 2000, 26%. Espera-se que as outras principais espacialidades mantenham sua participação no total do Estado, com pequenas alterações entre 2000 e 2010; a aglomeração de Maringá deverá passar de 4,7% em 2000 para 5,1% em 2010; a de Londrina, de 6,5% para 6,6%, e a de Cascavel, de 4,3% para 4,5%.

---

<sup>4</sup> IPARDES (2000).

O outro lado desse comportamento concentrador aparece sob a forma de grandes espaços de esvaziamento. Em 2000, o número de municípios com perda absoluta de população deverá passar de 203 (51% dos municípios) para 249 (62% dos municípios), em 2010. Somando-se a estes os municípios cujas taxas de crescimento ficam abaixo da média estadual – e que por situarem-se em um patamar próximo ao do crescimento vegetativo vigente hoje no Estado, representam um nível de crescimento abaixo do qual estarão ocorrendo perdas populacionais – os números tomam proporções bem maiores, ou seja, 80% em 2000 e 83% em 2010. Isso implica uma redução do número de municípios com capacidade de atrair novos contingentes populacionais, agudizando o panorama prospectivo das tendências concentracionistas de algumas espacialidades.

Essa dinâmica de esvaziamento reflete-se também num nível regional mais agregado, devendo-se apontar que as regiões Noroeste, Centro-Oriental, Norte Pioneiro e Sudoeste do Estado que vêm apresentando taxas negativas de crescimento desde os anos de 1980, com tendência de continuidade.

---

Inserir *Mapa 03* - Taxas de Crescimento Anual - 2000-2010.

---

## 2.3 CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL

No caso paranaense, uma vez cessada a ocupação física do espaço, isto é, esgotado o avanço da “fronteira agrícola”, há uma série de movimentos internos até se consolidar a fixação da população. Para isso, concorre primeiro o esvaziamento de áreas de produção agropecuária com ocupação recente, refluindo população “rural” para centros urbanos locais, e segundo, o deslocamento de população “urbana” destes centros para os pólos regionais, como indicado no **Mapa 05**. O resultado é a fixação da população estadual: seja nas aglomerações junto aos principais pólos ou ao redor deles, quando urbana, que corresponde à maior parcela do universo populacional, com 82% do total no censo de 2000; seja em algumas distribuições territoriais mais expressivas quando rural, como mostra na seqüência o **Mapa 04**.

Em relação à população designada como rural pela nomenclatura censitária, há ainda que avançar no exame da sua distribuição territorial, pois apesar de ser menos de um quinto da população estadual ainda representa um contingente humano de largas proporções.

Isto posto, percebe-se a sua ocupação territorial de três maneiras:

Concentração junto a grandes aglomerados urbanos como na Região Metropolitana de Curitiba, nas proximidades de Apucarana e no espaço intersticial do eixo metropolitano Londrina-Maringá, o que indica a existência de pessoas às quais se atribui condição de vida rural, mas que na verdade estão inseridas em complexos urbanos multimunicipais.

Concentração em áreas de grande dinamismo das atividades de produção animal, como se esperaria de pessoas voltadas a esse meio de vida, usufruindo as oportunidades do trabalho na avicultura, na suinocultura e na bovinocultura. É o caso do Sudoeste Paranaense, nos municípios ao longo e ao sul do Rio Iguaçu, e dos que margeiam o Lago de Itaipu; no entanto, estes municípios, apesar de terem expressiva população rural, têm a peculiaridade de não estarem associados a pólos urbanos sub-regionais de maior porte.

Distribuição homogênea em faixas territoriais com densidades entre 10 e 15 habitantes rurais por hectare, como ocorre na parte central do Estado do Paraná, o que corresponde a “grosso modo”, a áreas com solos de pouca aptidão agrícola apontando para regiões deprimidas, com populações vivendo em “grotões”, afastadas da espiral de desenvolvimento econômico e social e em situação que beira a mera sobrevivência.

---

Inserir *Mapa 4* - Concentração Populacional (pop urbana x rural)

---

## 2.4 MIGRAÇÃO

O Paraná, ao longo do Século 20, evidenciou uma dinâmica populacional peculiar perante a maioria dos estados brasileiros, fundamentalmente em decorrência dos efeitos de seus processos migratórios (MAGALHÃES, 2003). Ora estimulando a ocupação do território e o incremento intenso e acelerado da população, ora provocando o refreamento dessa tendência e o redesenho demográfico das unidades regionais, as migrações vêm transformando o Paraná em um espaço privilegiado de análise.

Povoado rápida e vigorosamente a partir dos anos 1930, em decorrência principalmente da imigração proveniente de várias partes do País atraída pela abertura e expansão das fronteiras agrícolas: cafeeira no Norte e Noroeste, e de alimentos no Sudoeste/Oeste, o Estado permaneceu palco de intensos movimentos migratórios nos últimos decênios, quando substantivas transformações em sua estrutura produtiva deflagraram processos de esvaziamento das áreas rurais, de urbanização acelerada e expressivas perdas populacionais para fora dos limites estaduais.

É evidente que tais processos, no âmbito intra-estadual, desenvolveram-se de forma heterogênea e com intensidades distintas ao longo do tempo, imprimindo dinâmicas diferenciadas de crescimento populacional e provocando o reordenamento contínuo da distribuição espacial da população. Assim, por duas décadas consecutivas – anos 1970 e 1980 – várias regiões do Estado sofreram significativas reduções de população não apenas no meio rural, mas no total, ocasionando que o Paraná apresentasse o menor ritmo de crescimento populacional dentre os estados brasileiros, bem abaixo do crescimento vegetativo. A Região Metropolitana de Curitiba destacou-se entre as metrópoles de crescimento mais acelerado. A década de 1990 assistiu a uma ligeira elevação da taxa de crescimento demográfico do Estado enquanto a RMC permaneceu crescendo a um dos ritmos mais elevados em comparação com as demais áreas metropolitanas do País.

A observação das taxas anuais de crescimento populacional e das estimativas de saldos migratórios para o conjunto do Estado e para as mesorregiões paranaenses, relativas às três últimas décadas ilustram essas tendências.

**TABELA 01**

TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS –PARANÁ – 1997-1980, 1980-1991 E 1991-2000.

MESORREGIÃO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)		
	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Noroeste	-2,51	-1,17	-0,25
Centro-Occidental	-2,34	-0,68	-1,24
Norte Central	-0,28	0,93	1,24
Norte Pioneiro	-2,09	-0,26	-0,15
Centro-Oriental	2,90	1,35	1,46
Oeste	2,47	0,51	1,28
Sudoeste	1,56	-0,78	-0,13
Centro-Sul	2,97	0,93	0,69
Sudeste	1,23	1,30	0,89
Metropolitana de Curitiba	4,95	2,84	3,13
<b>PARANÁ</b>	<b>0,97</b>	<b>0,93</b>	<b>1,40</b>

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES

**TABELA 02**

SALDOS MIGRATÓRIOS (SM) E TAXAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS (TLM) ESTIMADOS, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 1970-1980, 1980-1990 E 1990-2000

MESORREGIÃO	SALDO MIGRATÓRIO E TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO					
	1970-1980		1980-1990		1990-2000	
	SM	TLM(1) (%)	SM	TLM(1) (%)	SM	TLM(1) (%)
Noroeste	-541.024	-72,5	-254.354	-38,7	-143.600	-22,4
Centro-Occidental	-307.379	-73,6	-135.881	-35,1	-118.762	-34,3
Norte Central	-528.725	-35,7	-182.923	-11,2	-71.904	-3,9
Norte Pioneiro	-373.670	-65,4	-149.825	-27,1	-109.797	-20,0
Centro-Oriental	3.476	0,7	-46.782	-8,7	-32.555	-5,2
Oeste	-56.179	-5,8	-200.054	-20,0	-75.508	-6,6
Sudoeste	-94.049	-18,0	-186.892	-39,0	-115.366	-24,4
Centro-Sul	-18.831	-4,2	-89.671	-18,1	-101.338	-19,0
Sudeste	-53.409	-17,7	-30.880	-9,0	-44.162	-11,7
Metropolitana de Curitiba	364.414	21,4	202.457	8,7	375.727	12,3
<b>PARANÁ</b>	<b>-1.605.376</b>	<b>-21,0</b>	<b>1.080.345</b>	<b>-12,9</b>	<b>-437.265</b>	<b>-4,6</b>

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) A taxa líquida migratória resulta do quociente entre o saldo migratório da década e a população observada ao final do período.

Os saldos estimados para as décadas de 1970 e de 1980 atestam a extraordinária reversão do processo migratório sofrido pelo Paraná. Em um curto intervalo de tempo, ocorre uma ruptura com o padrão migratório vigente nas décadas anteriores, e o Estado inverte sua condição de grande absorvedor de população, passando à de expulsor, a um ritmo surpreendente. A população rural, após reduzido incremento nos anos 1960 (0,57% a.a.), decresceu a mais de 3% a.a. nos dois decênios. Uma substancial parcela do êxodo rural transferiu-se para o meio urbano do Estado, acarretando aí um vigoroso crescimento demográfico, quando significativos contingentes de emigrantes rurais abandonaram o Estado e o Paraná atravessou as duas décadas crescendo a menos de 1,0% a.a.

As informações para os anos 1990 demonstram o quanto os movimentos migratórios interestaduais perderam força no Estado, indicando um aumento relevante do seu poder de retenção populacional. Dito de outra forma, traduz o ganho de importância do componente vegetativo na definição do ritmo de crescimento observado da população estadual no período, não em decorrência de mudanças das variáveis natalidade e mortalidade, mas sim às alterações da migração.

Do ponto de vista regional, ainda que apenas a área metropolitana evidencie saldos migratórios positivos ao longo de todo o período, (confirmando sua larga supremacia no tocante ao poder de atração populacional) outras áreas no Interior do Estado perdem expressivos contingentes rurais, mas conseguem manter ritmos de crescimento razoáveis em virtude da dinâmica urbana, em particular aquelas onde se localizam os principais pólos regionais e seus municípios de influência. Destacam-se: a mesorregião Norte Central por conter as duas aglomerações interioranas mais fortes do Estado – a de Londrina e a de Maringá, que juntas conformam um dinâmico eixo polarizador de população e de riqueza; a Oeste, em particular no entorno de Cascavel e de Foz do Iguaçu; e a Centro-Oriental, capitaneada por Ponta Grossa.

Os dados relativos à migração de data fixa 5 pesquisados nos Censos Demográficos de 1991 e de 2000, também fornecem importantes indicativos das principais mudanças migratórias observadas no Paraná (conforme **Tabela 03**). Se, de um lado, a magnitude dos deslocamentos intermunicipais, apenas dentro do Estado, pouco variaram entre os dois quinquênios, o mesmo ocorrendo com a imigração interestadual, percebe-se claramente que a saída de população das fronteiras estaduais refreou seu ritmo. Dessa forma o resultado negativo das trocas líquidas interestaduais do período 1986 -1991, pouco menos de 200 mil migrantes, tornou-se seis vezes menor, praticamente se anulando no final da década de 1990.

---

<sup>5</sup> Estes Censos pesquisaram o nome do local de residência dos indivíduos recenseados na data precisa de cinco anos antes.

**Tabela 03**

FLUXOS MIGRATÓRIOS DE DATA FIXA(1) E VARIAÇÃO PERCENTUAL - PARANÁ - 1986/1991 E 1995/2000

TIPO DE FLUXO	QUINQUÊNIO		VARIAÇÃO (%)
	1986/1991	1995/2000	
Intermunicipal (intra-estadual)	766.308	753.685	-1,6
Intermesorregional (intra-estadual)	356.636	342.447	-4,0
Interestadual			
Imigrantes(2)	269.078	297.311	10,5
Emigrantes	451.857	322.655	-28,6
Trocas líquidas	-182.779	-25.344	-621,2
Internacional			
Imigrantes(3)	7.380	32.011	333,8
Emigrantes	-	-	-

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Esses dados de migração de data fixa têm como referência pessoas maiores de cinco anos de idade na data do recenseamento, que informaram residir em um município (ou país), cinco anos antes, distinto daquele de residência na data do Censo.

(2) Exceto Brasil sem especificação.

(3) Exceto país de origem sem especificação.

Ao mesmo tempo, convém chamar a atenção para a intensidade dos movimentos migratórios no âmbito interno ao Paraná. Não se pode desprezar o fato, que em apenas cinco anos, quase 800 mil pessoas declararam haver trocado de município de residência no território paranaense<sup>6</sup>. Se a esses movimentos se agregam as mudanças de residência de curtíssima distância dentro do próprio município, ou seja, do meio rural para o meio urbano, ou vice-versa, fica ainda mais clara a importância das migrações na configuração populacional das localidades paranaenses.

<sup>6</sup> Isto sem computar aqueles que o fizeram, mas, ao final do período, já se haviam mudado do Estado; aqueles que o fizeram mas retornaram a residir no mesmo município de cinco anos antes (migração de retorno pleno); e aqueles que o fizeram, mas faleceram antes do final do quinquênio.

Outro ponto que merece destaque refere-se ao substantivo incremento do volume de imigração internacional (ver tabela Fluxos Migratórios de Data Fixa(1) e Variação Percentual - Paraná - 1986/1991 e 1995/2000). De fato, uma das facetas do novo padrão de inserção do País no cenário internacional iniciado ainda nos anos 1980 e consolidado no transcorrer da década de 1990, vem se traduzindo na intensificação acelerada, tanto da saída de pessoas rumo a outros países em busca de melhores oportunidades de vida, quanto da entrada de imigrantes estrangeiros, em particular os procedentes de países vizinhos da América Latina, atraídos pelas possibilidades que o imenso mercado brasileiro oferece. Entretanto, há que se considerar que o montante dessa imigração internacional, no contexto do tamanho da população brasileira, é irrisório. No que diz respeito à emigração internacional, não existem registros administrativos no Brasil que permitam sua mensuração. Para suprir essa lacuna, muitos esforços vêm sendo dirigidos à produção de estimativas, por meio da aplicação de técnicas indiretas, que embora contenham fragilidades inerentes aos pressupostos metodológicos, têm indicado um saldo negativo para as trocas migratórias internacionais do Brasil, com tendências ascendentes mas ainda de baixa monta: na ordem de 2 milhões de pessoas, no decênio 1986/1996.<sup>7</sup>

Sob o prisma dos vetores das migrações paranaenses, considerando-se suas mesorregiões geográficas, pode-se afirmar, que desde os anos 1970, quando o Paraná passou a experimentar o agudo processo de expulsão de população, algumas regiões sustentaram largamente esses movimentos. As áreas do Norte paranaense – Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro – e o Oeste, geraram perdas populacionais principalmente de vetor interestadual, em detrimento da dinâmica intermesorregional (dados não apresentados). Ainda no final dos anos 1980 essa tendência persistia (conforme **Tabela 04** e **Mapa 05**). O Sudoeste, naquele quinquênio, também já evidenciava uma predominância de perdas interestaduais. Nos anos 1990, a maior parte das mesorregiões paranaenses passa a apresentar um panorama distinto, uma vez que a emigração interestadual perde força, predominando, então, as trocas intermesorregionais. Vale notar, entretanto, em paralelo a essa tendência, o expressivo ganho comparativo de importância que os saldos migratórios interestaduais adquiriram em favor das áreas mais dinâmicas do Estado – notadamente a Metropolitana e a Norte Central.

---

<sup>7</sup> Importantes pesquisas, estudos e debates vêm sendo realizados no País nos últimos 10, 15 anos, com o objetivo de precisar melhor esse processo recente de recrudescimento dos movimentos migratórios internacionais brasileiros. As estimativas mais recentes de saldos migratórios internacionais para o País e suas macrorregiões para os quinquênios 1985/1991 e 1991/1996, bem como outras informações sobre o tema, constam em Carvalho et al. (2001) e Oliveira (2001).

**Tabela 04**

TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS INTERMUNICIPAIS DE DATA FIXA(1), INTERMESORREGIONAIS E INTERESTADUAIS, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - Paraná - 1986/1991 e 1995/2000

MESORREGIÃO	1986/1991			1995/2000		
	Intermesor-regional(2)	Interestadual (3)	Total(4)	Intermesor-regional(2)	Interestadual (3)	Total(4)
Noroeste	-24.140	-44.639	-68.779	-12.647	-9.770	-22.417
Centro-Occidental	-16.198	-20.484	-36.682	-19.506	-12.563	-32.070
Norte Central	18.995	-28.165	-9.170	7.835	9.751	17.586
Norte Pioneiro	-21.346	-30.006	-51.352	-9.762	-4.301	-14.063
Centro-Oriental	-8.459	-2.863	-11.322	-2.645	1.050	-1.595
Oeste	-1.176	-31.110	-32.286	-17.084	-16.760	-33.844
Sudoeste	-19.997	-31.481	-51.478	-16.589	-18.956	-35.545
Centro-Sul	-12.646	-12.091	-24.737	-11.716	-8.192	-19.907
Sudeste	-4.030	-1.453	-5.483	-8.658	-3.006	-11.664
Metropolitana de Curitiba	88.997	19.513	108.510	90.771	37.404	128.175
<b>PARANÁ</b>	<b>0</b>	<b>-182.779</b>	<b>-182.779</b>	<b>0</b>	<b>-25.344</b>	<b>-25.344</b>

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES

(1) O imigrante de data fixa, respectivamente dos períodos 1986/1991 e 1995/2000, não residia, cinco anos antes, no município de residência da data do Censo; o emigrante de data fixa de um município, respectivamente nos períodos 1986/1991 e 1995/2000, é aquele que, cinco anos antes, residia neste município, mas na data do Censo estava morando em outro local.

(2) Exclusive movimentos intermunicipais de origem mal definida.

(3) Exclusive Brasil sem especificação e país estrangeiro.

(4) Como não estão incluídos os migrantes internacionais, refere-se ao saldo intranacional.

Os principais pontos de destino dos fluxos migratórios oriundos do Paraná, têm sido os centros urbanos do estado de São Paulo, com um peso substantivo para aqueles localizados na área metropolitana, e os estados do Sul, com destaque para Santa Catarina. Entretanto, são conhecidos os fluxos emigratórios que o Paraná gerou para as áreas da última grande fronteira agrícola brasileira, sobressaindo-se os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, fortes regiões receptoras. Da mesma forma têm sido estes os principais pontos brasileiros de origem dos imigrantes interestaduais para o Paraná, e que as proporções de imigrantes de retorno são crescentes no conjunto desses fluxos.

Na verdade, o fenômeno da migração de retorno ao local de nascimento, vem crescendo de importância no contexto das migrações brasileiras. Proporções elevadas de nordestinos, há muito radicados em São Paulo, retornam aos seus estados de nascimento e muitas vezes ao próprio município natal. O mesmo movimento tem sido registrado com os mineiros e paranaenses. Para este Estado, supõe-se que a migração de retorno deva assumir um papel determinante no crescimento demográfico futuro.

No decênio 1970-1980, 27,8% da imigração para o Paraná foi de retorno, considerando-se inclusive seus efeitos indiretos <sup>8</sup>. No período seguinte, 1981-1991, essa proporção elevou-se para 57,7%. Em algumas mesorregiões – Norte Central, Norte Pioneiro, Noroeste e Centro Ocidental – esses percentuais, de acordo com estimativas para o mesmo decênio, encontram-se próximos a 70%, sinalizando um processo, que sem dúvida tem rebatimentos específicos sobre a dinâmica das localidades receptoras.

No âmbito intra-estadual, a área metropolitana tem se constituído no principal ponto de convergência dos movimentos migratórios, no rastro da forte tendência de concentração das atividades econômicas estaduais. (**Mapa 05**).<sup>9</sup> Todas as regiões paranaenses originam volumosos fluxos para a metrópole, contribuindo decisivamente para a manutenção do seu intenso ritmo de crescimento populacional. Convém ressaltar, que embora em segundo plano, as principais aglomerações interioranas também são detentoras de forte poder de atratividade, com suas dinâmicas reveladas através das significativas trocas que mantêm entre si e com as demais mesorregiões do Estado.

---

<sup>8</sup> A conceituação do que sejam efeitos diretos e indiretos da migração de retorno encontra-se detalhada em Magalhães (2003).

<sup>9</sup> Consultar uma abordagem detalhada a esse respeito em Kleinke et al. (1999) e em Deschamps (2003).

---

Inserir *Mapa 5* Principais Fluxos Intermesorregionais – Paraná – 1991/2000

@R2\_IPARDES-323

---

## 2.5 Movimento Pendular

O movimento pendular<sup>10</sup> representa hoje, um importante fenômeno dentro do Estado e está profundamente ligado à evolução da distribuição espacial da população e ao padrão de urbanização, que são influenciados sobremaneira pela concentração das atividades econômicas em determinados espaços do estado, que ao longo do tempo se transformaram em aglomerados urbanos. A dinâmica demográfica, econômica e social nas grandes aglomerações é influenciada em grande parte pela seletividade do mercado imobiliário, o que tem levado à expulsão da população das "grandes cidades" para municípios no seu entorno. Esse processo eleva os níveis de crescimento populacional da periferia em relação ao centro, intensificando a mobilidade pendular, em particular na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e em algumas áreas de maior crescimento no interior do estado, como Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel.

O mercado de trabalho é o principal motivo dos deslocamentos intermunicipais. O segundo é a busca ao acesso a serviços, comércio, educação e saúde. Neste sentido, no que se refere à RMC, o crescimento dos serviços e a expansão da área de Ciência e Tecnologia ocorrida nos anos 1990 especialmente em Curitiba, enquanto a Indústria, diferentemente do observado nos anos de 1970/1980, extrapolou os limites dos distritos industriais de Curitiba e de Araucária (CIC e CIAR) e passou a ocupar de forma intensa alguns eixos, em direção a São José dos Pinhais, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Quatro Barras e Campina Grande do Sul. Verifica-se, também, uma tendência para a localização de indústrias e serviços não somente nesses eixos, mas também nos seus contornos. Além disso, a disponibilidade de uma boa infra-estrutura de transporte intra-metropolitano facilita os deslocamentos dos contingentes de mão-de-obra para seus destinos de trabalho. Nessa perspectiva, a integração do mercado de trabalho regional facilitou o fenômeno da pendularidade, que associado à necessidade de buscar locais de moradia mais baratos, vem marcando o cotidiano de grande número de trabalhadores.

As informações censitárias referentes a movimentos pendulares - no questionário do Censo de 2000 foi questionado se havia situação de estudo ou trabalho em um município diferente daquele onde a pessoa residia - resultaram dados que correspondem ao deslocamento de pessoas entre municípios, como indicado no **Mapa 06**, porém não estão vinculados a períodos específicos, podendo se referir tanto a deslocamentos diários, casa – trabalho - casa, ou casa – escola - casa, quanto a deslocamentos sazonais, como o de estudantes de instituições localizadas em outras cidades e que só retornam para suas casa nos períodos de férias ou em outras ocasiões especiais.

No mapa observa-se claramente, que os deslocamentos mais expressivos são diários, entre municípios vizinhos, ao passo que os demais ocorrem entre municípios distantes e correspondem a ligações mais tênues. Portanto, os fluxos pendulares de maior incidência estão praticamente restritos às grandes aglomerações conurbadas.

---

<sup>10</sup> O movimento pendular refere-se àquelas pessoas que se deslocam do seu lugar de residência para trabalhar e/ou estudar em outro município. A estreita relação entre a mobilidade pendular e o processo de redistribuição populacional exige que esses fenômenos não sejam lidos dissociadamente.

Em 2000, em todos os municípios do Estado houve ocorrência de movimento pendular, quando cerca de 360 mil pessoas buscaram trabalho e/ou estudo em outro município diferente daquele em que residiam. Desse montante, pouco mais de 198 mil (55,2%) residiam em municípios da RMC e 74 mil (20,6%) em municípios do Norte Central Paranaense, onde se localizam Londrina e Maringá, confirmando a forte concentração desse tipo de movimento em aglomerações urbanas.

Dentro da RMC, 194 mil pessoas se deslocam de um município a outro para estudar ou trabalhar, das quais 154,6 mil (80%) se dirigem a Curitiba. Os outros municípios que se destacam em volume de pessoas que procuram alguma atividade, são: Almirante Tamandaré, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais, todos localizados no entorno da capital e que são responsáveis por mais de 80% desse afluxo, que, pela proximidade, deve ser diário. (**Mapa 07**)

Colombo coloca-se em primeiro lugar, com fluxos pendulares para Curitiba correspondendo a quase uma vez e meia os fluxos dos quatro municípios, que estão em segundo lugar: Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Almirante Tamandaré. Têm ainda posição expressiva: Fazenda Rio Grande, Araucária e Campo Largo, estando em um plano abaixo Campo Magro e Campina Grande do Sul, e em um plano ainda mais abaixo, Itaperçu, Rio Branco do Sul e Quatro Barras.

Por outro lado, verifica-se uma relação de troca entre esses municípios. Apesar de Curitiba receber um volume considerável de pessoas, também envia para alguns municípios volumes elevados: 2,7 mil para Araucária, 1,7 mil para Colombo, 3,1 mil para Pinhais e 6,9 mil para São José dos Pinhais, além de Campo Largo, Almirante Tamandaré, Piraquara e Campina Grande do Sul. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância de alguns municípios dentro da região como receptores de pessoas, especialmente em busca de trabalho.

No interior do Estado destacam-se as aglomerações urbanas de Maringá e Londrina, pelo grande volume de pessoas que realizam movimento pendular, vindas particularmente de municípios vizinhos. Maringá recebe 28,9 mil pessoas, sendo que aproximadamente 90% provenientes de municípios da própria região Norte Central, e Londrina recebe 24,8 mil, das quais 84% também são da própria região. As trocas entre os municípios nesta região são intensas, com destaque para Ivaiporã, Rolândia, Ibiporã, Cambé, Jandaia do Sul, Arapongas, Apucarana, Sarandi, Marialva, Porecatu e Colorado, todos recebendo um contingente considerável de população para trabalho e/ou estudo.

Londrina polariza com mais intensidade Cambé e Ibiporã, seguidas de Rolândia e Jataizinho, sendo que Arapongas e Apucarana mostram similar pendularidade. Do mesmo modo, com Maringá se relacionam Sarandi e Paiçandu num primeiro plano, e Mandaguaçu e Marialva em segundo.

Outra região do Estado com destaque nesse fenômeno é a Oeste, com os municípios de Cascavel recebendo 4,8 mil pessoas, Foz do Iguaçu, 3 mil pessoas; e Toledo, 1,7 mil pessoas. Nos dois últimos, mais de 88% são provenientes da própria região, e no primeiro em torno de 70%. Além desses municípios, destacam-se também Medianeira, Cafelândia e Marechal Cândido Rondon.

Nas regiões Noroeste Paranaense e Norte Pioneiro também há um intenso movimento de troca, com destaque na primeira para Umuarama, Perobal, Ivaté, Cianorte, Paranavaí e Nova Londrina, todos com índices maiores do que o padrão regional. Na segunda região destacam-se Jacarezinho, Cornélio Procópio, Bandeirantes, Cambará e Ibaiti.

Nas demais regiões do Estado há uma movimentação menos intensa, porém com representatividade dentro de cada uma delas. Na Sudoeste destaca-se Pato Branco, seguido de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Marmeleiro; na Centro-Oriental, esse movimento é importante em Campo Mourão, Araruna, Goioerê, Moreira Sales e Engenheiro Beltrão; na região Centro-Oriental, destacam-se Ponta Grossa e Carambeí, seguidos por Castro, Jaguariaíva, Arapoti e Telêmaco Borba; na Centro-Sul destaca-se Guarapuava, seguida de Palmas, e em menor proporção Candói e Reserva do Iguaçu; na região Sudeste, com menor volume de trocas, destaca-se Irati, seguida de União da Vitória e em menor proporção, os municípios de Ibituva, Fernandes Pinheiro, Rio Azul e São Mateus do Sul. Nas duas últimas regiões vale destacar que alguns municípios recebem fluxos importantes pela presença de hidrelétricas ao longo do rio Iguaçu.

Se estabelecida a proporção das pessoas que realizam movimentos pendulares com a população residente nos municípios com idade acima de 15 anos, determina-se a parte da população que efetua deslocamentos diários e pode-se caracterizar a intensidade com a qual o município é considerado “dormitório”, conforme demonstram o **Mapa 06** e **Mapa 07**. Com base nessas relações temos na **Tabela 05** a seguir as indicações dos municípios altamente dependentes das funções urbanas do pólo a que estão ligados, sobretudo no que diz respeito ao emprego e ao ensino.

Observa-se que a hierarquia destes casos difere da observada para os movimentos pendulares representados por seus valores absolutos, pois nos municípios onde há maiores oportunidades de trabalho para a população ativa, a porcentagem de pessoas que realizam movimentos pendulares diminui.

**Tabela 05**

RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS PENDULARES E POPULAÇÃO ATIVA

MUNICÍPIO PÓLO	MUNICÍPIO POLARIZADO	RELAÇÃO <sup>(1)</sup>
<b>Curitiba</b>	Almirante Tamandaré	39,01
	Piraquara	34,71
	Pinhais	32,80
	Colombo	32,36
	Fazenda Rio Grande	29,35
	Campo Magro	24,79
	Quatro Barras	21,39
	Campina Grande do Sul	21,16
	Itaperuçu	18,11
	São José dos Pinhais	16,35
	Araucária	14,02
	Campo Largo	12,50
	Rio Branco do Sul	8,94
<b>Londrina</b>	Cambé	21,94
	Jataizinho	15,66
	Ibiporã	14,03
	Rolândia	5,35
<b>Maringá</b>	Sarandi	29,10
	Paiçandu	26,00
	Mandaguaçu	15,67
	Floresta	14,43
	Ourizona	14,14
	Marialva	6,88
<b>Foz do Iguaçu</b>	Santa Terezinha de Itaipu	13,99
<b>Cascavel</b>	Santa Tereza do Oeste	13,98

Fontes: IBGE - Censo Demográfico – 2000 / IPARDES – 2002; Cálculos: PRDE

Nota: (1) Relação entre as pessoas que realizam movimentos pendulares para o pólo e o total de habitantes municipais com idade acima de 15 anos, em porcentagem.

Na **Tabela 05** observa-se que há quatro municípios na Região Metropolitana de Curitiba onde mais de um terço da população acima de 15 anos, desloca-se do seu local de moradia para o pólo metropolitano, e outros quatro onde ocorre o deslocamento de mais de um quinto da população, é o caso de Cambé relativamente a Londrina. Para Maringá, Sarandi e Paiçandu enviam-lhe diariamente mais de um quarto da sua população em idade ativa. Como todas estas situações representam tecidos conurbados, percebe-se que os limites municipais são meras linhas abstratas, pois estes núcleos e seus respectivos pólos representam na verdade uma única “cidade”.

---

Inserir *Mapa 06* Fluxo de Movimento Pendular

---

---

Inserir *Mapa 07* - movimento pendular x pop ativa

---

### 3 DINÂMICA TERRITORIAL

### 3.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Como mostra o **Mapa 08**, os assentamentos humanos no Paraná ocorreram progressivamente de leste para oeste, num processo apoiado em transformações históricas, econômicas e sociais, seguindo três vetores principais.

O primeiro vetor, de leste para oeste, marcando a fixação dos colonizadores portugueses, iniciada na segunda metade do século XVII a partir do litoral, tendo como foco as condições portuárias que deram origem à vila de Paranaguá em 1648. Logo, a notícia da descoberta de jazidas auríferas no primeiro planalto faz os novos moradores se aventurarem na transposição da Serra do Mar, concentrando-se em arraiais nas cabeceiras do Alto Iguaçu e seus afluentes. Por decisão dos seus habitantes, estabelece-se a Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais – Curitiba em 1693, portanto já no limiar do século XVIII. A ocupação da planície litorânea se completa ao longo dos rios que formam a Baía de Paranaguá, com a fundação de Antonina em 1714, de Morretes em 1733, e na Baía de Guaratuba, com a vila do mesmo nome em 1769.

Esgotada a bateia do ouro no primeiro planalto, passa a haver a utilização de invernadas nos campos gerais curitibanos, fundamentais para o descanso e a engorda do gado trazido pelos tropeiros dos pampas sulinos, através do Caminho do Viamão em direção à feira de Sorocaba. Esta função acarreta a incorporação de novas pastagens no segundo planalto, subindo pela falha do paredão da escarpa devoniana que permite superar o bloqueio. Surgem assim a Vila de Santo Antônio da Lapa em 1769 e a de Castro em 1774. Esse processo consolida o primeiro vetor no território e no tempo, pois no primeiro quartil do século XIX alcança a parte central do Paraná, com Guarapuava em 1819 e Jaguariaíva em 1823. Na segunda metade do século XIX o cultivo da erva-mate cria uma faixa de ocupação ao longo da calha do rio Iguaçu, cuja navegação faz vicejar os portos e as vilas de Rio Negro e União da Vitória.

Outro fato determinante na consolidação desse vetor é a construção da ferrovia marcando o eixo Curitiba-Paranaguá, em 1885, dando ao Paraná uma dinâmica própria, se emancipando de São Paulo em 1853. Essa ocupação continua até o início do século XX, levando a fronteira a uma linha que corta o centro do estado de noroeste a sudoeste.

O segundo vetor desponta no segundo quartil do século XX, com a ocupação originária de São Paulo a avançar nas terras roxas propícias ao cultivo do café, acompanhando a ferrovia dos ingleses, fundada em 1934, que atravessa a fronteira estadual e segue para Londrina, com inflexão em Apucarana (1943), depois para Maringá (1947) até chegar a Cianorte (1953) onde se interrompe. Além desta ponta que segue para o oeste com Umuarama (1955), o vetor também se bifurca em Maringá para o noroeste, com Paranavaí (1951).

---

Inserir *Mapa 08* Ocupação do Território Paranaense

1. ocupação do território paranaense

---

O caminhar do segundo vetor leva a ocupação humana pelo ramo norte de Paranavaí até o limite estadual no rio Paraná, a partir de onde se embrenha no Mato Grosso do Sul. Tanto a conformação geológica do arenito Caiuá no noroeste do estado, quanto a climatológica com a “linha da geada” – ou seja, a delimitação espacial ao sul da qual esse fenômeno é mais freqüente – limitam a cafeicultura ao divisor de águas dos rios Ivaí e Piquiri, esgotando também a área de abrangência da ação vetorial, circunscrita no mapa à seqüência de tonalidades até incluir a cor mais clara, excluindo o branco.

O terceiro vetor nasce do fluxo migratório vindo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, onde a sucessão das gerações e a subdivisão das famílias não mais se reproduzem no desmembramento das glebas e obrigam à procura de novas terras para lavoura, para que as parcelas rurais ainda mantenham dimensões compatíveis com sua exploração.

Esse vetor acompanha o progresso da “fronteira agrícola” e também, como o segundo, ao chegar às barrancas do rio Paraná penetra no território mato-grossense. Ressalta-se a posição isolada de Foz de Iguaçu no extremo sudoeste do Paraná, fundada como posto avançado das tropas, que fiscalizam o acesso à tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, sendo colônia militar desde 1889, tornando-se município em 1914. Nesse processo surgem Cascavel (distrito de Foz de Iguaçu em 1938 e município em 1952) e Toledo (instalado diretamente como município em 1952).

Analisando a divisão administrativa do Estado do Paraná e o desenho de seus limites municipais, observa-se que a organização refletida na composição espacial dos municípios apresenta um aspecto que remete à seqüência da ocupação territorial, pois os municípios mais antigos e que estão no centro do Paraná - seguindo a linha nordeste-sudoeste estabelecida no começo do século XX - são os que conservaram as maiores áreas territoriais, por não passarem pela dinâmica de subdivisão do espaço. Isto é a demonstração cabal de que o vetor central da expansão da fronteira regional interrompeu-se ali.

Por outro lado, tanto no espaço correspondente ao vetor do Norte do Paraná, com destaque para o trecho entre Apucarana a Paranavaí, passando por Maringá, quanto no vetor do Sudoeste Paranaense, de forma mais dispersa, ao sul do rio Iguaçu e para os lados do atual Lago de Itaipu, percebe-se claramente a multiplicação dos municípios de menor área, até atingir o limite estadual do rio Paraná, como uma gleba que vai se fragmentando sucessivamente em lotes menores. Em resumo, a dinâmica da fragmentação territorial acompanha a dinâmica socioeconômica. Entretanto ao se reduzir o ritmo desta última dinâmica, não há como recompor a primeira, podendo gerar bolsões deprimidos e consolidados administrativamente, em territórios que antes experimentaram surtos de forte crescimento, como é o caso do extremo Norte do Paraná. O **Mapa 09** apresentado a seguir, ao mostrar os municípios classificados pelas suas áreas, corrobora esta leitura.

---

Inserir *Mapa 09* – 2. Área Municipal

---

---

Inserir *Mapa 10* – arquivo 3. Fluxos Migratórios – 2000

Pg 38

---

## 3.2 HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS

É nítido o significativo alcance de Curitiba no território da Região Sul, sendo considerada pólo de um dos 12 sistemas urbanos identificados no Brasil e classificada como “metrópole nacional”, juntamente com apenas mais sete capitais de estados (IPEA, 2002). Essa classificação, realizada para os municípios com mais de 100 mil habitantes de todo o território nacional, teve como um dos insumos principais os resultados da pesquisa de 1993 sobre a região de influência das cidades, do IBGE, e pautou-se em indicadores datados de final dos anos 1990.

Além do destaque auferido por Curitiba na rede de cidades brasileiras, Londrina foi classificada como Centro Regional – posição também conquistada apenas por Florianópolis, na Região Sul – ; Maringá e Cascavel, como Centros Sub-regionais 1; e Foz do Iguaçu, Guarapuava, Paranaguá e Ponta Grossa, como Centros Sub-regionais 2 (IPEA, 2002).

Outra classificação mais atual, desta feita voltada aos principais espaços urbanos brasileiros, resultou em uma escala hierárquica do conjunto de municípios que compõem as regiões metropolitanas (RM) e regiões integradas de desenvolvimento (Ride) oficialmente institucionalizadas, e as aglomerações formadas por capitais de estados ou a capital, quando não aglomerada (OBSERVATÓRIO, 2005). Considerou 37 espaços urbanos, agregando 471 municípios. Entre esses espaços, incluem-se as regiões metropolitanas de Curitiba, de Londrina e de Maringá, no Paraná.

A metodologia implantada entende a centralidade como espaço de convergência da complexidade e diversidade de funções, desempenho do papel de comando e coordenação em relação à rede urbana, diversificação do mercado de trabalho, concentração de atividades em perícia, conhecimento e serviços avançados, evidente progresso tecnológico e expressivo tamanho populacional e econômico (OBSERVATÓRIO, 2005). Essa compreensão vai além da mera representação de um posicionamento físico central ou da elevada concentração de pessoas ou riqueza sobre um ponto, em relação à sua área de abrangência espacial.

Para tanto, mede o tamanho e a concentração da população total estimada em 2004, o número de agências bancárias e o volume total de operações bancárias / financeiras em 2003, a massa de rendimento mensal, o número de empregos formais em atividades de ponta (inserção na nova economia), considerando atividades produtivas de maior conteúdo tecnológico, de coordenação e comando (conforme classificação do Código Nacional de Atividades Econômicas – CNAE), o poder de direção, expresso no número sedes de empresas classificadas entre as 500 maiores do País em 2003, (segundo a Revista Exame), e o movimento aeroportuário de passageiros em 2003, como fluxo que demonstra “serviço raro”.

Na escala hierárquica nacional, entre os 37 espaços urbanos, a RM de São Paulo, com os resultados mais expressivos em todos os indicadores, inclui-se isoladamente na categoria 1. A RM do Rio de Janeiro, com a segunda maior pontuação em todos os indicadores, também compõe individualmente a categoria 2, com elevado desnível entre a sua posição e a de São Paulo. A RM de Curitiba posicionou-se na categoria 3, obtendo a 6ª posição no ranking dos espaços urbanos. Nessa categoria encontram-se também as RMs de Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza. As categorias citadas e a subsequente (categoria 4) foram consideradas metropolitanas. As RMs de Londrina e de Maringá posicionaram-se em categorias consideradas não-metropolitanas, respectivamente 5 e 6, assumindo as posições 19 e 28 do ranking.

A mesma metodologia adotada foi aplicada para a identificação de espaços que exercem centralidade efetiva entre os municípios paranaenses. Além dos indicadores utilizados para hierarquização dos grandes espaços urbanos brasileiros, esta aplicação considerou o movimento pendular da população (2000), e foi substituído o número de empresas entre as 500 maiores do Brasil pelo número de empresas entre as 300 maiores do Paraná, em 2003, cuja fonte da informação é a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa). Os indicadores foram classificados sob os mesmos critérios da metodologia original, os municípios pontuados segundo sua classificação em cada indicador, e a pontuação foi somada, resultando na composição de seis categorias de municípios (**Tabela 06**).

**Tabela 06**

INDICADORES SELECIONADOS PARA AFERIR CENTRALIDADE, CLASSES E NÚMERO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO CLASSES

CLASSE	POPULAÇÃO ESTIMADA 2004 (hab.)		MASSA RENDIM. SALARIAL 2000 (R\$)		Nº EMPREGOS FORMAIS ATIV. PONTA 2003		Nº AGÊNCIAS BANCÁRIAS 2003		OPERAÇÕES FINANCEIRAS 2003 (R\$ 1 bilhão)	
	intervalo	Nº Mun.	Intervalo	Nº Mun.	Intervalo	Nº Mun.	Intervalo	Nº Mun.	Intervalo	Nº Mun.
5	1.727.010	1	983.849,60	1	22.360	1	232	1	23.717,30	1
4	>=100 mil a <1 milhão	15	>=50 mil a <983.849	6	>=1 mil a <5 mil	5	>=10 a <1100	7	>=250,0 a <2.100,0	5
3	>=50 mil a <100 mil	16	>=10 mil a <50 mil	31	>=100 a <1 mil	33	>=6 a <10	9	>=100,0 a <250,0	33
2	>=20 mil a <50 mil	53	>=1 mil a <10 mil	238	>=20 a <100	75	>=3 a <6	62	>=10,0 a <100,0	75
1	<20 mil	314	<1 mil	123	>0 a <20	191	1 ou 2	218	>0 a <10	191
0	-	-	-	-	não possui	94	não possui	102	não possui	94
CLASSE	EMPRESAS (300 MAIORES) 2003		PARTICIP. VAF TOTAL 2003 (%)		EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA 2000 (%)		Nº PASSAGEIROS AÉREO 2003		PENDULAR (ENTRADA) 2000 (Nº pessoas)	
	Intervalo	Nº Mun.	Intervalo	Nº Mun.	Intervalo	Nº Mun.	Intervalo	Nº Mun.	Intervalo	Nº Mun.
5	12	1	>=5 a 31,27	2	-	-	2.339.696	1	167.496	1
4	3	1	>=1 a <5	13	>=90	26	>=300 mil a <500 mil	1	>=10 mil a <30 mil	2
3	1	4	>=0,5 a <1	10	>=75 a <90	47	>=150 mil a <300 mil	2	>=4 mil a <10 mil	6
2	-	-	>=0,25 a <0,5	23	>=50 a <75	177	>=20 mil a <150 mil	1	>=198 a <4 mil	101
1	-	-	<0,25	351	<50	149	>0 a <20 mil	1	>0 a 198	285
0	não possui	393	-	-	-	-	não possui	393	não possui	4

FONTES: IBGE, BC, DAC, RAIS, SEFA

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Curitiba sempre ocupou posição de destaque, detendo com raras exceções, mais que o dobro do valor do município subsequente. Essa preponderância recoloca-se no somatório dos pontos das classes, confirmando a posição de metrópole já atribuída na hierarquia nacional. Posição esta, que adquire maior relevância, ao conjugar-se os municípios de seu entorno com pontuações elevadas no somatório (ver **Tabela 07**).

**Tabela 07**

POSIÇÃO DE CENTROS – PARANÁ

Agglomerados		Centros não-aglomerados	
MUNICÍPIO	SOMATÓRIO	MUNICÍPIO	SOMATÓRIO
Curitiba	44	Paranaguá	27
São José dos Pinhais	38	Guarapuava	27
Araucária	29	Campo Mourão	24
Pinhais	27	Telêmaco Borba	24
Colombo	26	Umuarama	24
Campo Largo	25	Paranavaí	22
Almirante Tamandaré	21	Pato Branco	22
Londrina	39	Francisco Beltrão	21
Apucarana	25	Cianorte	21
Arapongas	26	Cornélio Procópio	21
Rolândia	24	União da Vitória(1)	21
Cambé	23		
Maringá	38	Categorias	
Foz do Iguaçu	35	Metrópole	Mais de 40 pontos
Cascavel	33	Centro categoria 1	35 a menos de 40
Toledo	25	Centro categoria 2	25 a menos de 35
Medianeira	20	Patamar intermediário	20 a menos de 25
Ponta Grossa	30	Município subordinado	Menos de 20
<b>Castro</b>	<b>20</b>	<b>(369 mun. subordinados)</b>	

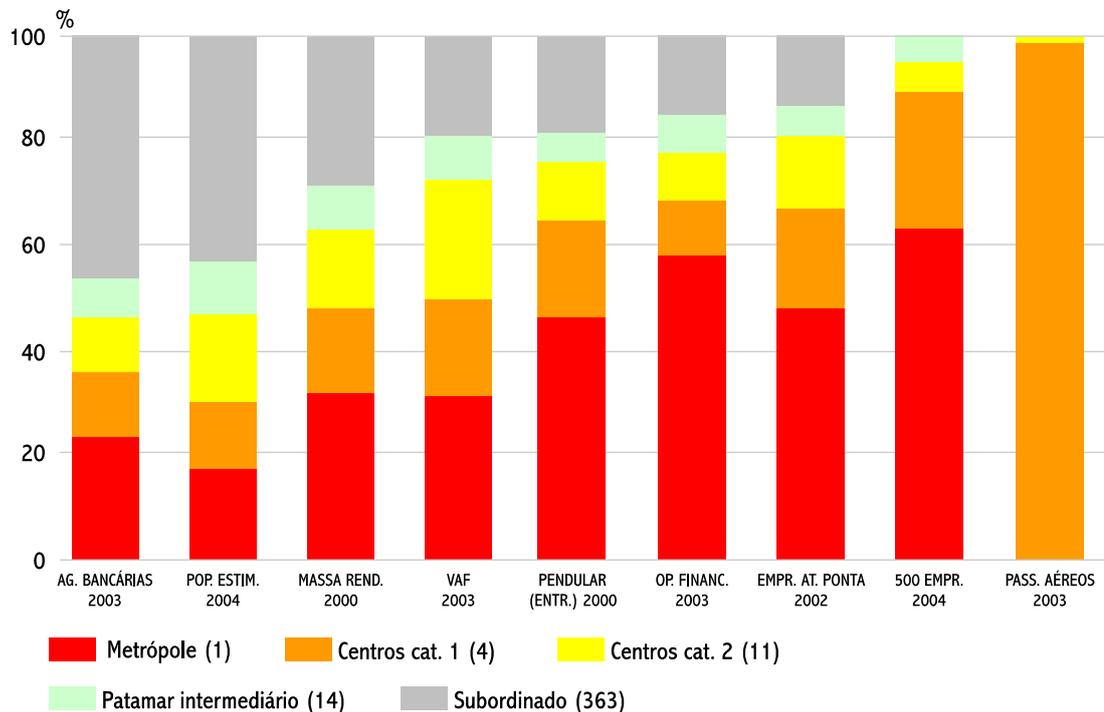
FONTE: IPARDES

(1) Configura aglomeração com Porto União, em Santa Catarina (IPARDES, 2000).

O somatório conduziu a determinação de 4 categorias de municípios segundo características de centralidade, além da metrópole: centros de categoria 1 (4 municípios); centros de categoria 2 (11 municípios); patamares intermediários (14 municípios) e municípios subordinados (363 municípios).

Essas centralidades foram aferidas em relação aos municípios que concentram maior movimento pendular e que apontam para maior abrangência geográfica dos fluxos de origem. Nesse cruzamento de informações, a aglomeração metropolitana tem reforçada a centralidade de Curitiba, com uma sub-centralidade perceptível em São José dos Pinhais, assim como intensos movimentos entre diversos municípios do aglomerado. Os dois centros que sucedem a metrópole são Londrina e Maringá, com destaque secundário a outros municípios vizinhos, tais como Araçongas, Apucarana, Cambé, Iporã e Rolândia; num nível abaixo, Umuarama, Ponta Grossa e Cascavel, que agrega num patamar subsequente Foz do Iguaçu e Toledo; seguidos por Paranavaí, Pato Branco, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Guarapuava, Francisco Beltrão, Porecatu, Colorado, entre outros com menor expressividade. É importante notar a confirmação dos espaços aglomerados.

A participação das categorias no total de cada indicador revelou um padrão similar ao observado na análise para o Brasil, onde destaca-se São Paulo como metrópole nacional, com nítido desnível em relação às demais categorias. Entre os municípios paranaenses o padrão se repete (**Figura 05**). Na hierarquia, apenas Curitiba polariza uma aglomeração que pode ser considerada metropolitana, em se tratando do Estado do Paraná. Os demais centros e aglomerações enquadram-se em categorias não-metropolitanas.



**Figura 05**  
 PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS DE CENTROS NO TOTAL DO ESTADO, QUANTO A INDICADORES SELECIONADOS – PARANÁ – 2000 / 2004.

FONTES: IBGE, BC, DAC, RAIS, SEFA

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Os indicadores que apresentam maior distribuição entre os municípios são as agências bancárias e a população. Entre os demais, é nítida a concentração na metrópole, definindo às vezes posição de primazia, exceto na participação no Valor Adicionado Fiscal (VAF) total, que divide com Araucária a posição superior, e no movimento aeroportuário, dado que o aeroporto internacional situa-se em São José dos Pinhais. A capital do Estado concentra 85,7% das empresas colocadas entre as 300 maiores do Paraná e emprega 48,1% do total dos trabalhadores em atividades de ponta; realiza 58,8% das operações financeiras e detém 32% da massa de rendimentos dos salários; e recebe 46,6% das pessoas que deixam o município de residência para trabalho ou estudo.

### 3.3 TIPOLOGIA

Vistos os municípios paranaenses, algumas situações marcantes emergem quando efetuados arranjos de agrupamentos. Tratando da tipologia da distribuição da população paranaense no território, em um primeiro plano fica evidente a sua alta concentração nos municípios mais populosos, por exemplo, a soma da população total dos municípios com mais de 100 mil habitantes, que são 12 (3% do número de municípios paranaenses), equivale a 41,63% da população total do Paraná no censo de 2000. Acrescentando os municípios com mais de 50 mil habitantes, que são 30 (7,5% do número total), a soma passa a ser 55,91% do total. Ainda mais: se somados os municípios com mais de 20 mil habitantes, que são 81 (20,3% do total), o resultado chega a 72,13% da população total paranaense.

Por outro lado, os municípios com menos população e que são em grande número, também são os que detêm a menor parcela da população estadual quando agrupados. A soma da população dos 318 municípios (79,7% do número de municípios paranaenses) com menos de 20 mil habitantes, corresponde a 27,87% da população total do Paraná no último censo. Do mesmo modo, os municípios com menos de 10 mil habitantes, que são 216 (54,1% do número total), equivalem a 12,69% do total, enquanto os municípios com menos de 5 mil habitantes, 95 (23,8% do número total) congregam apenas 3,60% da população total.

Como mostram a **Tabela 08 e Figura 06a** seguir, existe certa equivalência da parcela de população total nas diferentes classes, se adotada tipologia de acordo com as faixas indicadas:

**Tabela 08**

Tipologia de Municípios	Nº de Municípios	Habitantes	% Total
Com menos de 10 mil habitantes	216	1.213.499	12,69%
Com mais de 10 mil habitantes e menos de 20 mil	102	1.452.272	15,19%
Com mais de 20 mil habitantes e menos de 50 mil	51	1.550.999	16,22%
Com mais de 50 mil habitantes e menos de 100 mil	18	1.365.170	14,27%
Com mais de 100 mil habitantes e menos de 250 mil	12	1.126.326	11,78%
Com mais de 250 mil habitantes e menos de 1 milhão	4	1.267.877	13,26%
Com mais de 1 milhão de habitantes	1	1.587.315	16,60%
<b>População Total do Paraná</b>	<b>399</b>	<b>9.563.458</b>	<b>100,00%</b>

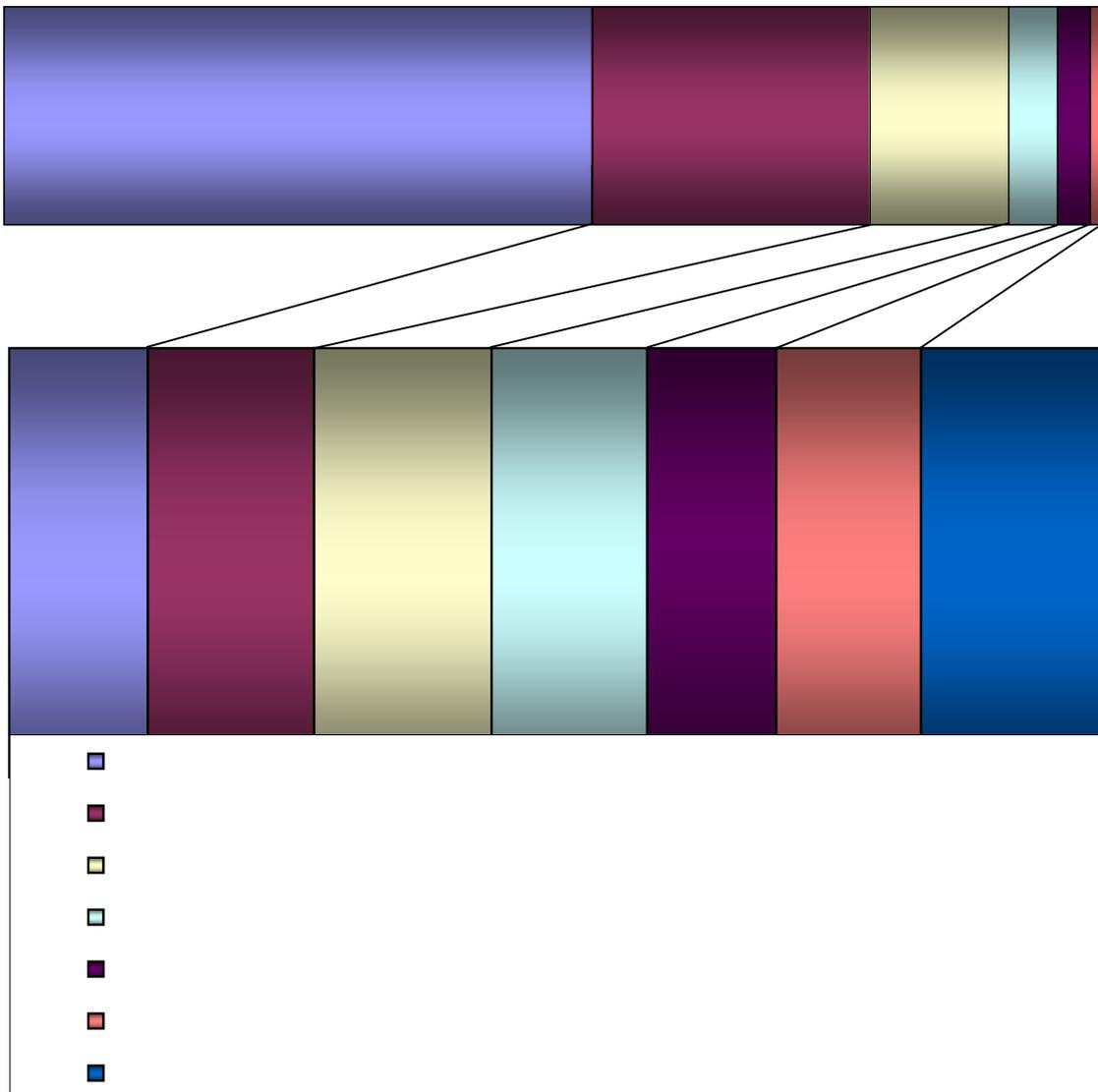
É importante salientar o quão concentrada é a distribuição da população no Estado, onde 41,6% da população estão concentrados em 12 municípios com mais de 100 mil habitantes, enquanto 27,9% estão em 318 municípios com população inferior a 20 mil habitantes.

Cria-se um intervalo com limite inferior igual a 20 mil habitantes, para seguir o padrão proposto pelo Estatuto da Cidade. Para manter a coerência, talvez fosse o caso de

aumentar o limite nas faixas mais baixas para 25 mil habitantes, mas a variação não é tão significativa que invalide a conformação obtida.

Do mesmo modo, na montagem da progressão adotada, o limite central nas faixas mais altas deveria ser de 200 mil habitantes. No entanto, fazendo este limite igual a 250 mil habitantes, a seqüência entre as faixas apresenta um maior equilíbrio, como mostrado na parte de baixo do gráfico a seguir.

Por outro lado, comparando o número absoluto de municípios que correspondem às faixas estabelecidas (que é indicado em cada uma, conforme mostrado na parte de cima da **Figura 06** tem-se uma figura completamente diferente.



**Figura 06**

**TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES POR NÚMERO E POPULAÇÃO TOTAL**

Obs: (1) número de municípios incluídos nessa faixa

(2) soma da população dos municípios incluídos nessa faixa

**População Municipal Total**

de 20.000 até 50.000 habitantes	de 50.000 até 100.000 hab.	de 100.000 até 250.000 hab.	de 250.000 até 1.000.000 hab.	acima de 1.000.000 hab.
		São José dos Pinhais		Curitiba
		Colombo		
		Pinhais		
	Araucária			
	Almirante Tamandaré			
	Campo Largo			
	Fazenda Rio Grande			
Piraquara				
Campina Grande do Sul				
Rio Branco do Sul				
Itaperuçu				
Lapa				
Rio Negro				
Matinhos		Paranaguá		
Guartuba				
Antonina				
	Cambé		Londrina	
	Rolândia			
Ibiporã				
	Arapongas			
		Apucarana		
Astorga				
Cornélio Procopio				
Colorado				
	Sarandi		Maringá	
Paçandu				
Mandaguari				
Marialva				
Nova Esperança				
Colorado				
		Castro	Ponta Grossa	
Arapoti				
Palmeira				
Ibituva				
Piraí do Sul				
Sta. Terezinha de Itaipu			Foz do Iguaçu	
Medianeira				
	Toledo		Cascavel	
Mal. Cândido Rondon				
Assis Chateaubriand				
Guaira				
Palotina				
Quedas do Iguaçu				
Ubiratã				
Prudentópolis			Guarapuava	
Cruzeiro do Oeste				
	Umuarama			
	Campo Mourão			
	Paranavaí			
	Telêmaco Borba			
Coronel Vivida		Pato Branco		
Dois Vizinhos		Francisco Beltrão		
		Cianorte		
		União da Vitória		
Irati				
Palmas				
Clevelândia				
Jacarezinho				
Cambará				
Santo Antônio da Platina				
Bandeirantes				
Andirá				
Jaguariaíva				
Wenceslau Braz				
Ibaiti				
Ivaiporã				
Goioerê				
Laranjeiras do Sul				
Rio Negro				
São Mateus do Sul				
Pitanga				
Jandaia do Sul				

## Figura 07

### DENODOGRAMA DA TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES\*

\* Por motivos de maior praticidade, o gráfico compreende apenas os municípios com população municipal total superior a 20 mil habitantes

## 3.4 RELAÇÃO TAMANHO - HIERARQUIA

Se considerado o território paranaense como um espaço homogêneo em que cada município apresente um tamanho – isto é, a sua população total – compatível com sua posição na hierarquia municipal estadual, poder-se-ia montar gráfico com essas duas variáveis (diagrama bi-logarítmico de Zipf<sup>11</sup> com o tamanho no eixo vertical e a hierarquia no horizontal), onde o resultado deveria ser uma linha dominante a 45°, cuja tangente é igual a 1, conforme ensina a teoria de planejamento regional.

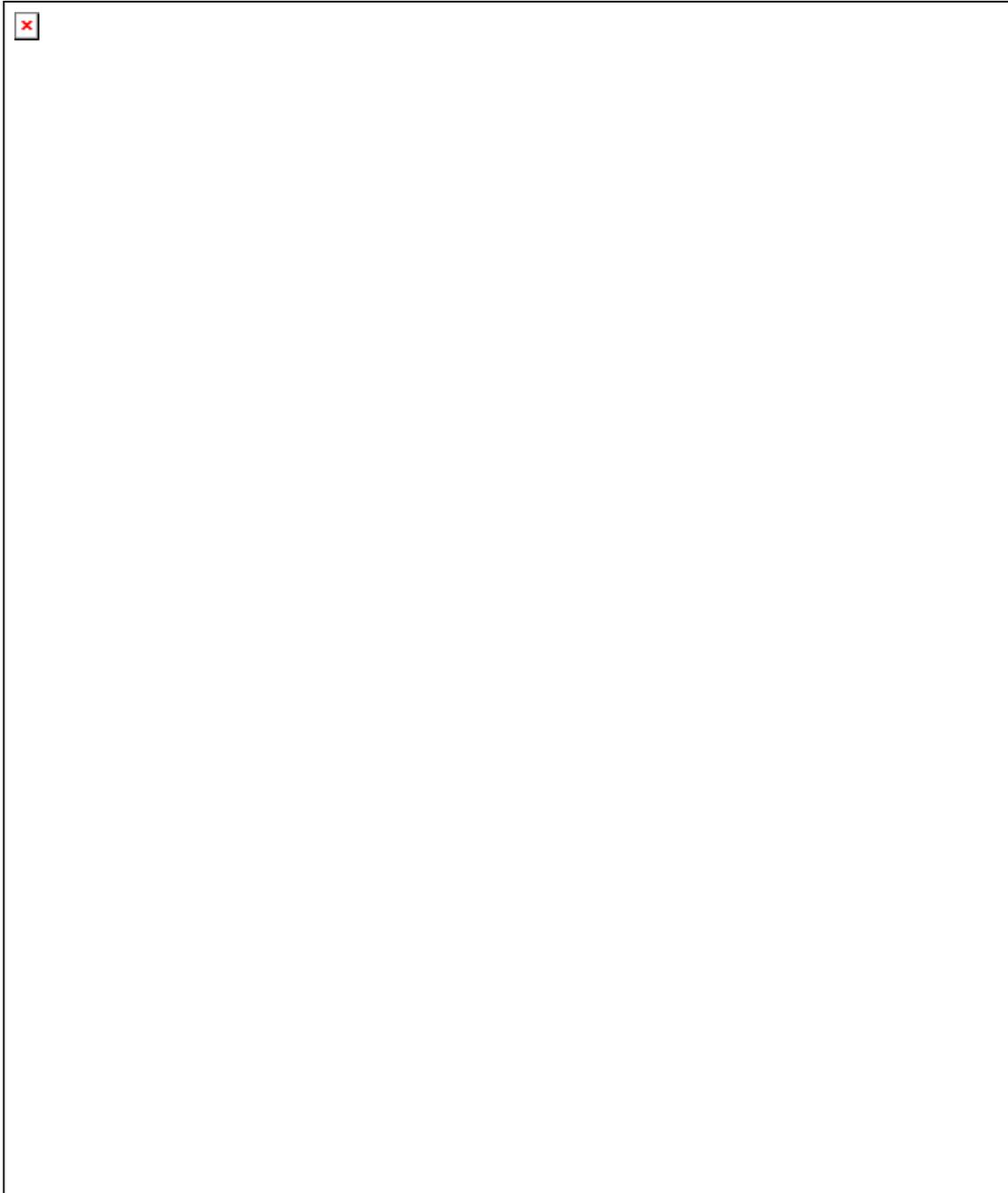
Na figura apresentada adiante, realizada com base no censo de 2000, obedecida a ordem hierárquica onde Curitiba desponta em primeiro lugar, Londrina em segundo e assim sucessivamente para os demais municípios, seguindo o *ranking* até Bom Jesus do Sul na 399ª posição, percebe-se claramente a existência de três tramos diferenciados na curva resultante dessa montagem.

No primeiro tramo, que vai da capital até os municípios que têm população total ao redor de 90 mil habitantes (ou até Araçongas na 18ª posição, que tinha 88.186 habitantes em 2000), a curva apresenta algumas flutuações que fogem da condição próxima à normalidade, isto é, da tangente igual a 1, pois alguns municípios deveriam ter um acréscimo de população para subir no gráfico e ocupar a posição de referência que lhes seria devida, na seqüência derivada da primazia de Curitiba. Neste caso, o diagrama parece indicar que os espaços a serem considerados extrapolam o mero território dos municípios e que deveriam ser computados, para formar a população total, também municípios adjacentes aos de maior centralidade, em razão de formarem um conjunto conurbado. Nessa nova hierarquia estariam aglutinados tanto municípios da Grande Curitiba, quanto da Grande Londrina e seus vizinhos Ibiporã, Cambé e Rolândia e da Grande Maringá com Sarandi e Paiçandu, como é feito adiante.

No segundo tramo, que acompanha os municípios até 12 mil habitantes (Roncador na 158ª posição, com 12.190 pessoas), a curva está muito próxima do que seria esperado, elevando-se um pouco no final do tramo, significando que a organização do espaço e a articulação dos municípios comportam-se dentro da normalidade. No terceiro tramo, contudo, há uma forte inflexão para baixo relativa à posição dos municípios com população total menor do que 12 mil moradores, o que aponta para situações que indicam ser resultado mais de uma decisão político-institucional de criar um novo município do que uma exigência da organização do território.

<sup>11</sup> \*1. O diagrama de Zipf, designado a partir do professor da Universidade de Harvard, George Kingsley Zipf (1902-1950), é baseado na lei que diz que a frequência da ocorrência de um determinado evento (P) é função da ordem (i) quando a ordem é determinada pela frequência da ocorrência, resultando em uma função exponencial  $[Pi^{-1/ia}]$ , onde o expoente (a) está próximo da unidade (1). Apesar de já ter sido comemorado o centenário de nascimento de Zipf e passado mais de meio século após a sua morte, essa lei tem encontrado um número cada vez maior de aplicações, hoje envolvendo até mesmo flutuações do mercado financeiro e acessos à Internet, sendo portanto extremamente atual. Por fazer uma análise recente da rede de cidades dos Estados Unidos da América através da aplicação da Lei de Zipf, recomenda-se a leitura do artigo de Duncan Black & Vernon Henderson (2003), "Urban evolution in the USA", *Journal of Economic Geography*, 3:343-372.

É importante destacar, que em decorrência de preceito constitucional, o Estatuto da Cidade estabelece um patamar de referência, ao determinar que municípios com mais de 20 mil habitantes têm porte que torna obrigatória a realização de plano diretor. Este seria um tamanho a partir do qual se torna fundamental a estruturação de uma organização político-administrativa.



**Figura 08**

GRÁFICO TAMANHO – HIERARQUIA – POPULAÇÃO TOTAL MUNICIPAL

Observação: Diagrama de Zipf - Escala Bi-logarítmica

Fonte dos Dados: Censo Demográfico 2000 - IBGE / Sidra

No censo de 2000, apenas 81 municípios paranaenses estão acima da marca de 20 mil habitantes de população total, ou seja, aproximadamente 1/5 do total de municípios do Estado do Paraná.

Na continuidade da curva, os municípios com população total inferior a 5.000 habitantes (a partir de Lindoeste na 308ª posição com 4.901 habitantes, ou seja, a 150 posições desde o início do terceiro tramo) se conformam numa queda abrupta, sendo que os com população abaixo de 2.500 moradores (Esperança Nova, na 388ª posição tem 2.434 habitantes) estão numa linha quase vertical, o que representa uma condição ainda mais grave, se bem que restrita a apenas 12 municípios.

Aparentemente, a emancipação desses municípios com pouca população não encontra lastro na realidade regional, porque são unidades administrativas frágeis sem nenhum grau de autonomia operacional e sem expressão suficiente para a auto-sustentação, a depender totalmente de repasses dos fundos de transferência para a sua sobrevivência.

No caso paranaense, são 94 municípios com menos de 5 mil habitantes, o que corresponde a quase 1/4 do total de municípios.

Refazendo o diagrama de Zipf, porém agora considerando apenas a população urbana das cidades, desde os maiores aglomerados conurbados até as menores sedes municipais que estão ainda em uma condição rurbana, ter-se-ia uma curva muito semelhante àquela que utiliza a população total, porém a evidenciar outros aspectos, indicativos da consistência da rede de cidades.

Nesse outro gráfico há também uma súbita inclinação da curva para baixo no caso das cidades com menos de 2.500 habitantes, o que indica, do mesmo modo que o analisado para a população total municipal, estruturas urbanas com poucas possibilidades de atendimento funcional aos seus habitantes e aos da área rural dos municípios que as têm como sede.

Isto confirma a definição de conceito basilar ao desenvolvimento regional: a visão mandatária que obriga a compor recortes espaciais abrangendo conjuntos de municípios, articulados entre si, e que possam envolver tipologias que vão desde grandes aglomerações urbanas até pequenas sedes municipais, passando pelos municípios de grande e médio porte. Unidades espaciais assim formadas têm então, condições de dar suporte a programas e ações para o desenvolvimento regional.

Completando os gráficos, apresenta-se a seguir tabela com o registro da população municipal total nos censos desde 1960, tanto para os municípios com mais de 100 mil habitantes em 2000 quanto para os que apresentavam ao redor ou menos de 2.500

habitantes naquela ocasião. Nessa tabela, de imediato, constatam-se duas situações, como visto adiante:



**Figura 09**

**GRÁFICO TAMANHO – HIERARQUIA – POPULAÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS**

Observação: Diagrama de Zipf - Escala Bi-logarítmica

Fonte dos Dados: Censo Demográfico 2000 - IBGE / Sidra

Em primeiro lugar, os maiores municípios têm tido crescimento constante no intervalo censitário de 1960 a 2000, apresentando altas taxas geométricas anuais médias – **em alguns casos superando os 5% ao ano durante quarenta anos seguidos!** – a mais alta sendo a de Colombo na Região Metropolitana de Curitiba, com quase 8% ao ano. Em segundo, todos os municípios que ocupam as últimas posições têm taxas negativas, isto é, perderam população, seja porque as pessoas migraram, seja porque um novo município foi dele criado.

**Tabela 09**

**POPULAÇÃO TOTAL MUNICIPAL – CRESCIMENTO 1960/2000**

	Município	1960	1970	1980	1991	2000	Ano	Taxa
1	<b>Curitiba</b>	356.830	609.026	1.024.980	1.315.035	1.587.315	1693	3,80%
2	<b>Londrina</b>	133.739	228.101	301.696	390.100	447.065	1934	3,06%
3	<b>Maringá</b>	103.546	121.374	168.232	240.292	288.653	1947	2,60%
4	<b>Ponta Grossa</b>	89.948	126.940	186.656	233.984	273.616	1855	2,82%
5	<b>Foz do Iguaçu</b>	28.079	33.966	136.352	190.123	258.543	1914	5,71%
6	<b>Cascavel</b>	39.513	89.921	163.470	192.990	245.369	1952	4,67%
7	<b>São José dos Pinhais</b>	28.735	34.124	70.643	127.455	204.316	1853	5,03%
8	<b>Colombo</b>	8.682	19.258	62.882	117.767	183.329	1890	7,92%
9	<b>Guarapuava</b>	96.361	110.903	158.585	159.634	155.161	1871	1,20%
10	<b>Paranaguá</b>	38.661	62.327	81.971	107.675	127.339	1648	3,02%
11	<b>Apucarana</b>	65.800	69.302	80.245	95.064	107.827	1943	1,24%
12	<b>Pinhais</b>	*	*	*	*	102.985	1993	
385	<b>Porto Rico</b>	*	6.192	5.344	3.211	2.550	1964	-2,91%
386	<b>Mirador</b>	*	3.130	2.037	2.337	2.500	1961	-0,75%
387	<b>Cafeara</b>	7.709	4.882	3.141	2.398	2.485	1955	-2,23%
388	<b>Flórida</b>	*	2.976	1.985	2.096	2.434	1961	-0,67%
389	<b>Pitangueiras</b>	*	*	*	*	2.418	1993	
390	<b>Paranapoema</b>	*	4.036	2.158	2.455	2.393	1964	-1,73%
391	<b>Uniflor</b>	*	4.169	3.092	2.662	2.362	1961	-1,88%
392	<b>Esperança Nova</b>	*	*	*	*	2.308	1997	
393	<b>Iguatu</b>	*	*	*	*	2.255	1993	
394	<b>Guaporema</b>	*	5.975	2.705	2.290	2.244	1961	-3,21%
395	<b>Santa Inês</b>	*	4.862	2.895	2.044	2.099	1961	-2,76%
396	<b>São Manoel do Paraná</b>	*	*	*	*	2.072	1993	
397	<b>Miraselva</b>	*	7.769	5.941	5.326	1.961	1961	-4,49%
398	<b>Jardim Olinda</b>	*	2.415	1.306	1.405	1.523	1964	-1,52%
399	<b>Nova Aliança do Ivaí</b>	*	1.945	1.080	1.206	1.338	1961	-1,24%

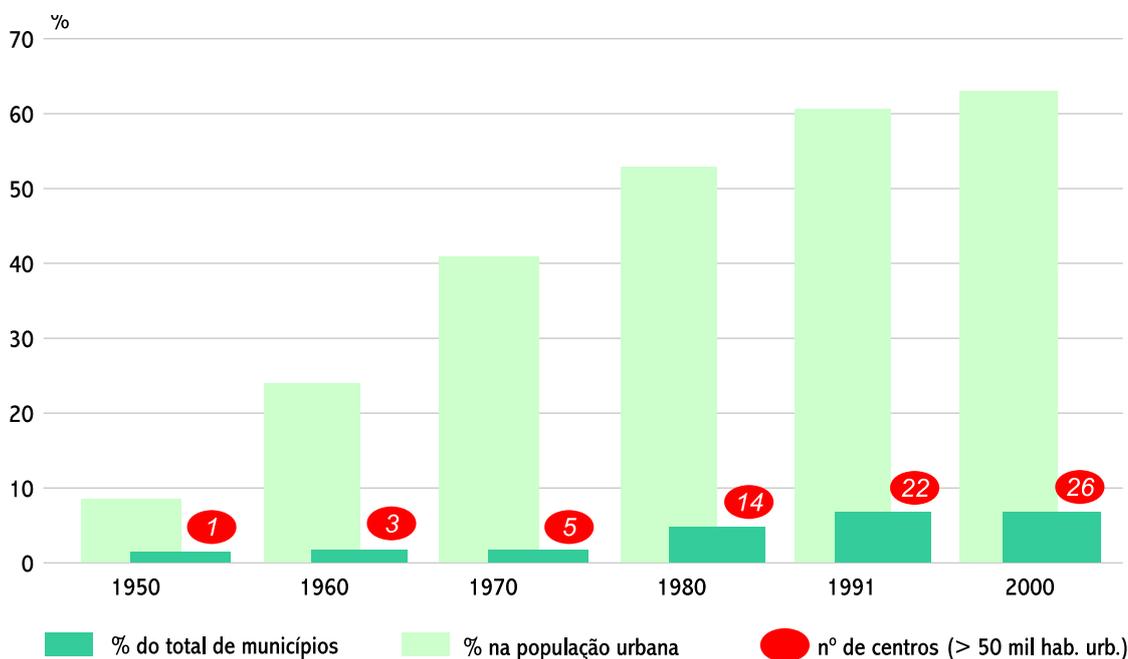
Fontes: IBGE - Censo Demográfico - 1960 a 2000

Obs.: (\*) informações não disponíveis  
 Ano = instalação do município  
 Taxa = taxa geométrica anual média no período considerado (1960-2000)

### 3.5 REDE DE CIDADES E HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS

Até a década de 1970, o crescimento dos municípios paranaenses estava associado às possibilidades de sustentação das próprias áreas rurais. Com a modernização da agropecuária e o incremento da atividade industrial entre 1970 e 1980, os municípios passaram a formar áreas de forte evasão, principalmente nas porções Norte e Noroeste do Estado. Em contrapartida, focos concentradores já estavam se definindo: além da área metropolitana de Curitiba, emergiam os núcleos de Londrina e Maringá e se afirmavam centralidades em várias regiões.

Em 1950, apenas Curitiba contava com mais de 50 mil habitantes em sua área urbana, e essa população correspondia a pouco mais de 8% da população urbana do Paraná. Em 1970, o Estado já possuía cinco centros com população urbana superior a 50 mil habitantes, geograficamente desenhando uma rede relativamente distribuída, estruturada nos pólos regionais (MOURA e MAGALHÃES, 1996). Estes concentravam 40,5% da população urbana do Estado, em 1,7% dos seus municípios (**Figura 10**).



**Figura 10**  
 CENTROS URBANOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO URBANA E NO TOTAL DE MUNICÍPIOS – PARANÁ – 1950/2000  
 Fontes: IBGÉ – Censo Demográfico; IPARDES – Indicadores e Mapas Temáticos – 2003

Dos centros de então, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa mantiveram-se como os quatro municípios do Paraná com maior número de habitantes na área urbana. Paranaguá sofreu o declínio de sua posição nesse ranking, cedendo lugar a outros centros regionais, como Foz do Iguaçu, Cascavel e Guarapuava, e mesmo municípios do entorno metropolitano de Curitiba, como São José dos Pinhais e Colombo.

Nos anos 1980, outros nove centros passaram a apresentar população urbana superior a 50 mil habitantes, aglutinando-se no entorno dos pólos tradicionais, consolidando as aglomerações urbanas anunciadas na década anterior e insinuando novas, como as de Cascavel / Toledo e Foz do Iguaçu. Já se verificava nessa época, um crescimento bastante intenso nos municípios litorâneos e fronteiriços.

Os anos 1990 apontaram para a continuidade do esvaziamento rural e da concentração urbana. As aglomerações reforçaram-se com o crescimento elevado dos municípios periféricos e a pequena redução do crescimento da população dos pólos. Além da expansão da área de ocupação contínua a Curitiba, ocorreu uma articulação espacial entre as aglomerações do Norte do Paraná (Londrina e Maringá), inserindo-as numa dinâmica comum (IPARDES, 2000). Em 1991, 22 centros apresentavam população urbana superior a 50 mil habitantes, compondo extensões de alta densidade e sujeitas aos efeitos sócio-espaciais do crescimento. No ano 2000, chegaram a um total de 26 centros, abrigando 63% da população do Estado em 6,5% dos municípios. Observa-se, que se considerada a população total do município, esses números se alteram: em 2000, há 30 municípios com mais de 50 mil habitantes, onde vivem 55,90% da população total do Paraná – situação ainda mais reveladora da concentração urbana no Estado.

Embora, ao longo das décadas, o arranjo espacial e a diversidade funcional tenham reforçado a importância de alguns centros isolados, correspondendo exatamente aos pólos e sub-pólos regionais do Interior, demarcando as rotas das principais rodovias, pode-se afirmar que a rede urbana paranaense, nos principais patamares hierárquicos, vem articulando-se a partir de aglomerações e conseqüentemente adquirindo maior grau de complexidade.

Curitiba e sua área metropolitana, de 1970 para 1991, apresentaram um crescimento da população de 869,8 mil para mais de 2 milhões de habitantes, concentrando respectivamente nesses anos 12,5% e 23,7% da população do Estado, nos 26 municípios que constituem atualmente a Região Metropolitana oficialmente instituída. Em 2000, essa Região superou os 2,7 milhões de habitantes, passando a responder por 29% da população paranaense.

Na década de 1970, Curitiba superou a casa de 1 milhão de habitantes, distinguindo-se das demais cidades do Estado. Sua ocupação transcendeu os limites territoriais do município, ainda nessa década, extravasando-se por sobre seus municípios vizinhos, passando a constituir uma única cidade.

Diferentemente de outras regiões metropolitanas, o arrefecimento insinuado quanto ao crescimento das metrópoles, durante os anos 1980, não se confirmou nos anos 1990, e a RMC, com taxa de crescimento populacional superior a 3% a.a. entre 1991 e 2000, ainda maior que a da década anterior (2,9% a.a.), continua, como já afirmado, uma das regiões metropolitanas com o crescimento mais expressivo no Brasil.

Ao mesmo tempo em que a RMC confirmou-se como a área de maior concentração no Paraná, o Norte Central paranaense transformou-se em um complexo urbano de forte dinamicidade e nítidas relações extra-estaduais, englobando duas aglomerações urbanas: a de Londrina, que articula mais sete municípios vizinhos ao pólo, e a de Maringá, que articula mais três (IPARDES, 2000), num conjunto de centralidades expressivas, compondo um extenso eixo concentrador de atividades e de população urbana. O Oeste também passou a configurar um complexo urbano, articulando as aglomerações polarizadas por Cascavel que reúne mais cinco municípios, e por Foz do Iguaçu, que se manifesta como uma espacialidade complexa, internacional, desenvolvendo estreitas relações com as cidades vizinhas de Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai. Ponta Grossa também demonstra tendência para aglomerar-se, e os balneários da faixa litorânea reproduzem fenômeno perceptível nacionalmente, articulando em uma ocupação contínua de municípios dentre aqueles com as maiores taxas de crescimento do Estado.

Sintetizando todos os estudos realizados, a rede de cidades paranaenses mostra ter três blocos marcantes, os quais se têm revelado extremamente concentradores das atividades estaduais, tanto do ponto de vista sócio-demográfico como do econômico, conforme é apresentado no **Mapa 11**, no qual este último indicador é representado pelo Valor Fiscal Agregado – VFA. Estas concentrações são:

- O eixo da Região Metropolitana de Curitiba, que inclui também as centralidades de Paranaguá e Ponta Grossa, mas que na sua parte central está basicamente limitado a municípios metropolitanos vizinhos, ou diretamente ligados ao núcleo urbano que formam a Grande Curitiba.
- Neste eixo estão concentrados 32% da população total do estado do Paraná e 58% da produção estadual. Ainda mais: apenas dois municípios, São José dos Pinhais e Campo Largo, são responsáveis por quase 15% do total das exportações paranaenses em 2005 pelo porto de Paranaguá, por representarem a totalidade das exportações de veículos e motores, sendo que também correspondem a quase 1/3 das exportações de manufaturados.
- O *continuum* urbano do Norte do Paraná, que se inicia com os municípios ligados a Londrina, segue para os conectados a Maringá e depois trifurca para Paranavaí, para Cianorte-Umuarama e para Campo Mourão, com os respectivos municípios polarizados.
- Na conurbação central Londrina-Maringá concentra-se 16% da população estadual – portanto metade da que se assenta no eixo Paranaguá - Curitiba - Ponta Grossa – e 9% da produção paranaense.
- O tramo articulado pelas aglomerações urbanas do Oeste Paranaense, suportado pela bipolaridade de Cascavel –Toledo, onde forma um vértice e inflexiona em direção à centralidade de Foz do Iguaçu.

Neste bloco estão assentados 8% da população estadual – portanto metade do caso anterior e um quarto do eixo que inclui a capital – e localizadas atividades que também correspondem a 9% da produção, no que se assemelha ao conjunto Londrina-Maringá.

No restante do território paranaense, à exceção do que ocorre no entorno de Guarapuava e Umuarama, as centralidades são segmentadas, mostrando a inexistência de uma força articuladora que atue ao longo dos anos, pois em situações detectadas há três décadas o encadeamento dos sub-pólos com os pólos era mais evidente.

---

Inserir *Mapa 11* – arq.12-Concentrações

---

As análises realizadas deixam evidente a necessária base espacial / territorial, subjacente à discussão regional. Com isso, admite-se que “a questão espacial antecede a questão regional, estão em níveis de abstração distintos e ambas são necessárias para o entendimento do movimento do capital em formações sociais específicas.” (CARLEIAL, 1993, p.45).

As análises realizadas evidenciaram a existência no território paranaense, de espaços com expressão econômica e institucional em diversos níveis, e de espaços socialmente críticos. Evidenciaram também a coexistência de indicadores sociais críticos nos espaços de expressão econômica e ressaltaram que, por mais que possam parecer homogêneos, a heterogeneidade permanece em seus interiores. Entre um e outro espaço, há um gradiente de situações que espelha a desigualdade nas condições de vida da população e na de geração de excedentes.

Essa configuração espacial heterogênea não é específica do Paraná, mas decorrente do modelo da produção vigente: concentrador, seletivo e excludente. Ao longo do tempo o Estado consolida seu papel, centrado na exploração desses recursos e na agroindustrialização, e mais recentemente na incorporação de segmentos modernos e internacionalizados da indústria. Essa inserção sofre as limitações da proximidade com São Paulo e do peso político e econômico de lá emanado, o que faz com que o Paraná exerça um poder minimizado, tornando-se objeto de decisões tomadas fora de seu território.

Internamente, o Estado incorpora, produz e reproduz a desigualdade em sua estrutura social e econômica. Assim, a integração do Paraná a dinâmica da economia do Brasil, e com este, a do mundo, dá-se heterogeneamente, tornando mais ou menos integradas as partes de seu território. A heterogeneidade percebida resulta do movimento do capital no espaço, buscando mercados, selecionando localizações, excluindo segmentos ou municípios, enfim, organizando a seu modo a distribuição da atividade econômica, diversificando, especializando, e até mesmo relegando.

Ao se considerar as relações econômicas, sociais e políticas que estabelece, verifica-se que o Paraná se insere na dinâmica nacional e internacional, fundamentalmente por meio de três principais espaços, com elevado desnível entre eles e nítida concentração no primeiro. Os demais desempenham papéis mais especializados, enquanto outros permanecem à margem dessa dinâmica. Nestes, a dificuldade de gerar excedentes repercute em restrições na oferta de ocupações e na atenção às necessidades sociais da população, colocando-os na posição de espaços socialmente críticos.

Sua expressão no território configura os seguintes recortes espaciais:

- Uma espacialidade de máxima relevância, concentração e densidade, formada pela aglomeração metropolitana de Curitiba, o entorno de Ponta Grossa e de Paranaguá, denominada 1º Espaço Relevante. Essa espacialidade participa na divisão social do trabalho, de forma mais integrada nacional e internacionalmente, a partir do desempenho de um conjunto de atividades econômicas diversificadas, concentrando os principais constitutivos da sociedade paranaense, no relativos ao poder econômico, político e ideológico. Pode ser considerado um espaço receptor e difusor das decisões, inovações, mensagens e capitais internacionais e outros, constituindo-se no principal interlocutor entre o Paraná e a esfera nacional e internacional. Tais condições resultam na reprodução, nessa espacialidade, das características concentradoras decorrentes de sua localização privilegiada para o desempenho de atividades ligadas aos segmentos modernos da Indústria e dos Serviços, pertinentes ao papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.
- Espacialidades de elevada relevância, concentração e densidade:
  - Aglomerações de Londrina e Maringá, denominadas 2º Espaço Relevante. Embora no passado tivesse praticado a atividade produtiva mais importante do Estado, esta espacialidade assemelha-se ao 1º Espaço, mantendo, contudo, uma distância abismal nos volumes de geração de riquezas, ativos institucionais, e na diversidade de opções produtivas, de comércio e de serviços. Outra distinção com relação àquele Espaço é que as atividades agropecuárias ainda mantêm participação significativa no total da produção. Ainda assim, o papel desta espacialidade vem se modificando, dada a diversificação da indústria, a evolução das atividades ligadas às telecomunicações, a consolidação de um meio educacional e de pesquisa que tem importância interna e além das fronteiras do Estado, com laços históricos ainda presentes com São Paulo. Nessa espacialidade, ao mesmo tempo em que se constata uma unidade no desempenho de sua função na divisão social do trabalho, distinguem-se relações que irradiam de uma condição de bipolaridade, impondo sub-recortes espaciais a partir de Londrina, num vetor para o Norte Pioneiro, e de Maringá, num vetor para o Noroeste.
  - Porção Oeste, tendo Cascavel como vértice de vetores para Foz do Iguaçu e para Marechal Cândido Rondon, considerado 3º Espaço Relevante. Em grau de importância, essa espacialidade guarda menor distanciamento com o 2º Espaço do que este para com o 1º Espaço Relevante, diferenciando-se nitidamente de ambos. Sua articulação à divisão social do trabalho se dá a partir de um número menor de atividades, ligadas fundamentalmente à produção agroindustrial, assim como aos serviços. Sua posição fronteiriça, cuja centralidade se manifesta fundamentalmente em Foz do Iguaçu, assegura-lhe o desempenho de importantes funções nas relações internacionais, comércio e turismo, elevando seu peso na geração de riquezas e estreitando os vínculos do Paraná com os países do Mercosul.

- Espacialidades com média relevância, concentração e densidade:
  - Espaço especializado do Centro-Oriental, com nítidos vínculos nacionais e internacionais, em função da atividade papelreira. É composto por poucos municípios, porém em número crescente, dada a necessidade de expansão do uso da terra, mantendo presente a função do Paraná no desempenho de atividades que requerem a utilização dos recursos naturais. A forte especialização e a natureza da atividade, com baixa capacidade de geração de emprego, renda e consumo, e portanto de indução de atividades de comércio e serviços, torna este recorte economicamente relevante, circundado e até infiltrado por extensas áreas socialmente críticas. Seus vínculos externos resultam, assim, em relações verticalizadas, sem engendrar sinergias regionais.
  - Porção Noroeste, englobando principalmente Umuarama, Paranavaí, Cianorte e outros municípios dos seus entornos. Tais municípios destacam-se com menor relevância, porém exercendo papel central no desempenho de funções mais complexas e modernas em uma região que mantém base agropecuária. Nessas centralidades, começam a se consolidar atividades possivelmente irradiadas do 2º Espaço, seja pelos vínculos históricos do caminho da ocupação, seja pela própria expansão das atividades, num movimento do capital a partir do Norte Central, todavia num estágio relativamente mais atrasado. Apontam para a possibilidade de estarem constituindo articulações na própria região, sem perderem a condição de expulsores de população, dando indícios de que as atividades desenvolvidas não conseguem absorver a força de trabalho existente.
  - Porção Sudoeste, articulando municípios que historicamente funcionaram como “portas de entrada” dos vetores das atividades oriundas dos estados do Sul. A região se insere, assim, na divisão social do trabalho, pela entrada da força colonizadora do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mantendo a predominância da produção e transformação agropecuária. Tentam ampliar sua integração nacional e internacional pela inovação e diferenciação de produtos e atividades do Setor Primário (vinhos, embutidos etc.), em função de seus reduzidos capitais. Poucas e novas indústrias surgem em busca de alternativas para inserção econômica nessa condição, colocando-se como tentativas locais de diversificação, porém ainda sem manifestar, condições de aglutinar e otimizar excedentes mais expressivos, sofrendo as barreiras impostas pela própria estrutura.
  - Guarapuava (estendendo-se a Irati) e Campo Mourão, determinando pontos economicamente relevantes, centrados em porções do território que não manifestam condições similares. Funcionam como receptáculos da produção do entorno, o que, pela natureza, não permite impulsionar uma estrutura econômica e social horizontalizada. Em Guarapuava, a estrutura da terra em grandes propriedades, a presença de atividades não geradoras de emprego – basicamente a soja, e mais ao sul, o extrativismo – e incapazes de desencadear outras atividades, além da baixa fertilidade do solo, contribuem para o baixo dinamismo regional. Ademais, historicamente, proprietários dessas extensas porções fundiárias sempre remeteram para fora os excedentes obtidos com a exploração da terra.
  - Os poucos excedentes que permanecem na região centram-se em Guarapuava, que se consolida como base de apoio e prestação de serviços, favorecida, também, pela localização privilegiada, num dos mais importantes corredores viários do Estado.

Daí a pobreza do entorno, disseminada em pequenas propriedades relegadas às porções menos férteis e com piores condições de produção. Mesmo assim, percebem-se movimentos, ainda que muito tímidos, na busca da inserção diferenciada na divisão social do trabalho. Com outras características, Campo Mourão tem como explicação da verticalidade das relações, o fato de sediar a Coamo, colocando-se sob comando dessa importante unidade empresarial. Extrai significativo excedente de seu entorno, o que lhe assegura expressão econômica e política, e lhe permite instrumentalizar sua estrutura de comércio e de serviços, estreitando seus vínculos externos, porém sem desdobramentos regionais.

- Espacialidades com mínima relevância, concentração e densidade:
  - Fronteira com o Estado de Santa Catarina, tendo a positividade da sinergia das relações fronteiriças permeada por pequenas aglomerações ou ocupações contínuas entre centros urbanos dos dois estados. Reproduz, em parte, a história de ocupação do Centro-Sul paranaense, pautada no extrativismo e representa um vetor de entrada das atividades econômicas catarinenses; recebe ainda os efeitos da dinâmica econômica metropolitana, nesse caso facilitados pela infra-estrutura viária.
  - Norte Pioneiro, contando uma história de apogeu e decadência ligada a economia cafeeira, que legou a possibilidade de consolidação de poucos, mas importantes, ativos institucionais. Essa porção do Paraná estabelece fortes vínculos com o Estado de São Paulo.
  - Nessas duas espacialidades mesclam-se condições críticas e de relevância, pois alguns municípios parecem apontar para o fato de que a atividade econômica neles desenvolvida é insuficiente para melhorar as condições sociais da população (caso mais perceptível na porção fronteiriça com Santa Catarina). Outros, embora apresentem melhores condições sociais, não demonstram qualquer expressão econômica ou institucional (caso da porção fronteiriça com São Paulo).
  - Espacialidades socialmente críticas, sem indicadores econômicos de relevância, densidade ou concentração, e com nítida precariedade social, fazem-se representar pela extensa porção central do Estado, porção do Vale do Ribeira / Guaraqueçaba e fronteira noroeste com o Estado do Mato Grosso do Sul. Essas áreas, em nenhuma hipótese, estão dissociadas dos espaços economicamente relevantes, colocando-se em posições limitrofes a esses, e também permeando-os, participando, em grande medida de sua dinâmica, como periferias. Relegados inicialmente pelas restrições do solo à produção agrícola, funcionam como reservas para expansão física das atividades dos espaços relevantes, sendo incorporados aos poucos, com apoio de tecnologia e infra-estrutura. Exemplo disso é o resgate produtivo do Extremo Noroeste do Estado, restringido historicamente pelo substrato físico formado pelo arenito caiuí, fortemente suscetível à erosão, mas controlado com o uso de tecnologia e manejo adequados, ou pela latente possibilidade de ampliação da produção agrícola no Vale do Ribeira, a partir da adequação do sistema viário, que restringe a circulação de mercadorias. Ressalta-se que, somadas à limitação física, barreiras políticas também se colocam como obstáculos à inserção dessas áreas na divisão social do trabalho. Essas espacialidades críticas representam um fato estrutural próprio da dinâmica seletiva da expansão do capital.

A heterogeneidade dos recortes identificados, aponta os caminhos de entrada da dinâmica posta pela divisão social do trabalho, evidenciando que a inserção do território estadual, ou de suas porções, deu-se sem um planejamento, mas como fruto de um movimento vindo de fora. Esse modo de inserção fragiliza a ação do Estado no encaminhamento de suas decisões, reforçando-se como receptor, sem dominar ou controlar essa expansão ou seus efeitos sobre o território.

Confirma-se assim, que essas distintas espacialidades respondem por diferentes papéis na divisão social do trabalho, tanto externa quanto internamente ao Estado. São notórios os espaços de mando e os espaços de obediência, assim como as relações sinérgicas a partir dos principais centros urbanos e das porções fronteiriças – mais fortes com Santa Catarina e mais tênues com São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Identificados os vários recortes espaciais de um só Paraná, o desafio posto é detalhar as análises e avançar na elaboração de estratégias de desenvolvimento, numa abordagem regionalizada, sem perder de vista as considerações sobre a dinâmica da formação do espaço regional e a existência efêmera e sobreposta de suas fronteiras.

Convém alertar que o desenho dessas espacialidades resulta de um primeiro exercício. Ressalta-se, assim, seu caráter provisório, contudo essencial, para introduzir e provocar o debate estadual sobre ação regional no território.

Nessa perspectiva, é essencial buscar a minimização dos efeitos da concentração industrial no espaço polarizado pela RMC, particularmente no eixo Paranaguá – Curitiba – Ponta Grossa, examinando as possibilidades de aproveitamento da infra-estrutura física, científica e tecnológica de uma rede de cidades de porte médio no interior do Estado, para a descoberta de opções de investimentos, associadas às vocações e aptidões regionais.

Seria oportuna, também, a busca de maior internalização dos efeitos multiplicadores dinâmicos do pólo automotivo, por meio da inserção de empresas locais nas cadeias de fornecimento e sub-fornecimento, multiplicando os esforços que vêm sendo realizados nesse sentido pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná (Sindimetal-PR) e pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR). As negociações no âmbito do Conselho de Política Automotiva criado pelo governo estadual, podem resultar em compromissos das montadoras e de seus fornecedores de primeira linha, de ampliarem as compras de peças e componentes fabricados no Estado, que representam atualmente apenas cerca de 24,0% das aquisições totais.

É importante ainda a procura intransigente do resgate de uma identidade empresarial regional, neutralizando as chances de prosseguimento da marcha de absorção de grupos domésticos por corporações estrangeiras, e revisando criteriosamente o programa de privatizações das áreas de infra-estrutura e das instituições de fomento econômico.

Nesse desafio, convém atentar para a limitação imposta pelo esfacelamento da retaguarda financeira do desenvolvimento econômico, constituída por ativos públicos construídos e / ou consolidados, especialmente o Badep e o Banestado, durante pelo menos quarenta anos, e que representaram bases de parcela apreciável dos investimentos e do giro dos negócios do Estado durante esse prolongado período.

Há que considerar a premência em minimizar a migração campo–cidade, ocasionada pela continuidade inexorável do processo de mecanização da agricultura, e pela crescente inviabilidade econômica de algumas atividades rurais, agravada pela falta de dinamismo do mercado de trabalho urbano, em tempos de abertura e de globalização.

É imperiosa também a busca da restauração do equilíbrio das contas públicas, e conseqüentemente, da capacidade de inversão pública em capital social básico, notadamente na área de educação, essencial para a qualificação de mão-de-obra dirigida ao atendimento dos requisitos implícitos no novo paradigma.

Nesse particular, é possível perceber o desenvolvimento de algumas ações, por parte do governo estadual, na direção da reversão do processo (ou tendência) de privatização da infra-estrutura, sobretudo nos segmentos de energia, saneamento e transportes. Sem entrar no mérito dos intrincados aspectos técnicos ou jurídicos dessas iniciativas, é imprescindível reconhecer seu encaixe em princípios doutrinários de resgate de uma mais agressiva e maior participação estatal na organização e indução da operação do sistema econômico e da efetivação de alterações nas formas de relacionamento entre o setor público e os atores privados, em áreas estratégicas.

Parece vital ainda o exercício de pressões efetivas junto à esfera federal, na defesa de programas e projetos essenciais ao desenvolvimento do Estado, além da execução de um movimento junto ao Governo Federal, para o estabelecimento de um projeto de crescimento, combatendo a atual política macroeconômica recessiva, que premia a especulação e penaliza a produção de riqueza nova.

### 3.5.1. CENTRALIDADE

A dinâmica das relações econômico-sociais pode ser lida a partir da consolidação de centralidades e da abrangência de sua polarização. Recorrendo a estudos consagrados a essas temáticas, observam-se mudanças notáveis na rede urbana do Paraná, se não quanto aos principais centros, mas particularmente quanto à natureza e dimensão dos arranjos espaciais.

A análise da abrangência da polarização, com base em pesquisa do IBGE (2000), mostra o significativo alcance de Porto Alegre e Curitiba, na Região Sul, com níveis de centralidade na classificação “máximo”. Curitiba tem a peculiaridade de além de polarizar toda a rede urbana paranaense, transcender sua polarização para o estado de Santa Catarina, inserindo em sua rede as áreas de abrangência das principais centralidades catarinenses (MOURA e WERNECK, 2001).

A pesquisa revela outras centralidades expressivas, como Londrina, Maringá, Florianópolis, Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas, todas com nível “muito forte”; e Ponta Grossa, Cascavel, Joinville, Blumenau, Chapecó, Caxias do Sul, São Leopoldo e Ijuí, no nível “forte”. A partir destas, organizam-se os subsistemas urbano-regionais vinculados aos sistemas Porto Alegre e Curitiba (IPEA, 2002).

Essa rede de centros pode ser lida ao longo do tempo, dado que outras pesquisas similares foram realizadas pelo IBGE<sup>12</sup>. Embora com especificidades, as duas pesquisas mais recentes garantem comparabilidade, revelando as transformações no espaço em seu intervalo de tempo. Deve-se ter claro que os centros organizam-se em escalas distintas, porém compatíveis: na primeira pesquisa, as seis ordens estabelecidas implicavam conceitos próprios de categorias espaciais; na segunda, as ordens se sucedem em oito níveis de influência dos centros, contudo são perfeitamente associáveis às categorias espaciais anteriores.

Na rede urbana sulina, a leitura comparativa entre as pesquisas confirma que há, no segundo período, maior concentração no destino dos fluxos para um número menor de centros em classes superiores, constituindo maior polarização e uma definição hierárquica mais nítida (**Tabela 10**).

---

<sup>12</sup> A primeira, realizada em 1966, considerou um leque das 12 atividades pesquisadas (IBGE, 1972); em 1973 foi realizada uma revisão atualizada desse estudo, com base em informações contidas nos questionários relativos ao ano de 1966; outra pesquisa, aplicada em 1978, apoiou-se em um quadro mais amplo, definindo 76 funções centrais (bens e serviços), agrupadas em seis conjuntos hierarquizados, designando os níveis de centro metropolitano, centro submetropolitano, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e município subordinado (IBGE, 1987). A pesquisa mais recente data de 1993, publicada em 2000, e considerou 46 funções centrais (bens e serviços), das quais 14 eram de baixa complexidade e freqüentes nas cidades de hierarquia mais baixa, 30 geradoras de fluxos de média a alta complexidade e duas de fluxos relativos à busca de serviços de informação. Foram definidos oito níveis de centralidade: máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco.

**Tabela 10**

Comparativo da Distribuição dos Centros por Categoria e Nível de Centralidade - Região Sul - 1978 E 1993

1978		1993		Padrão do Município
Nível de centralidade	Número de municípios	Nível de centralidade	Número de municípios	
Metrópole Regional	2	Máximo	2	Metropolitano
Centro Submetropolitano	1	Muito Forte	6	Predominantemente Submetropolitano
Capital Regional	29	Forte	8	Predominantemente de Capital Regional
Centro Sub-regional	42	Forte para médio	28	Predominantemente de Centro Sub-regional
		Médio	36	Tendendo a Centro Sub-regional
Centro de Zona	130	Médio para fraco	43	Predominantemente de Centro de Zona
		Fraco	45	Tendendo a Centro de Zona
Municípios Subordinados	513	Muito Fraco	707	Municípios Subordinados

FONTE: IBGE, 1987; IBGE, 2000

Um olhar sobre os vetores espacializados, das relações entre as principais classes das escalas das duas pesquisas, (centro submetropolitano, capital regional e centro sub-regional, na primeira, e níveis muito forte, forte e forte para médio, na segunda) observa-se relativa diminuição dos pontos de partida, ou seja, rarefação de centralidades com nível intermediário com ampliação de chegada, o que significa um maior número de centros com níveis de centralidade superior. Isso demonstra certa seletividade na qualificação urbana dos lugares com tendência concentradora.

Também se verifica maior distribuição quanto à quantidade de municípios com níveis superiores de centralidade na pesquisa mais recente, já que, na primeira, eles se concentravam nas capitais regionais e centros sub-regionais, sendo identificado apenas um centro submetropolitano.

A hierarquia captada em 1978 classificava dois centros principais na Região Sul, Curitiba e Porto Alegre, como centros metropolitanos e reservava a Londrina uma segunda instância de centralidade, como centro submetropolitano. Na pesquisa de 1993, os dois pólos se mantêm na primeira ordem de classificação, o que os enquadra no nível máximo de centralidade; e Londrina perde o papel de destaque, já que passa a compartilhar o segundo nível de centralidade da escala, correspondente a muito forte, com Maringá, Florianópolis, Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas.

Curitiba e Porto Alegre posicionam-se como centralidades com áreas de abrangência inter e intraestaduais, em ambas as pesquisas, polarizando todos os demais centros da Região Sul. No entanto, a pesquisa de 1993 mostra que Curitiba reforça sua penetração em Santa Catarina, passando a ser procurada por maior número de centros e suas respectivas regiões, enquanto Florianópolis consolida sua influência interna no Estado. Porto Alegre comanda a rede de cidades do Rio Grande do Sul, penetrando em Santa Catarina na área de Chapecó. A pesquisa não estende seu universo além dos limites territoriais brasileiros, situação que poderia evidenciar seu alcance sobre cidades fronteiriças do Uruguai e da Argentina.

São Paulo é demandada por municípios sulinos com níveis de centralidade forte (Ponta Grossa e área de abrangência, Joinville e Blumenau) e muito forte (Passo Fundo). Quanto aos centros com nível máximo, não há informação sobre as relações que estabelece com Curitiba ou Porto Alegre, pois estes não foram objeto da pesquisa<sup>13</sup> como procedência / destino de demandas.

O conjunto das classes intermediárias da hierarquia apresenta mobilidade maior na escala sul-regional. No Paraná, mantiveram-se com equivalente ordem de centralidade, além dos municípios das ordens superiores da hierarquia (Curitiba, Londrina, Cascavel, Ponta Grossa nas ordens 1, 2 e 3), Campo Mourão, Francisco Beltrão e União da Vitória, na ordem 4, qual seja a de centro sub-regional, na primeira pesquisa e, correspondendo a essa categoria, a de centralidade de nível forte para médio, na segunda pesquisa. Passaram para ordens superiores: Maringá (de capital regional para a categoria correspondente ao padrão submetropolitano, enquadrando-se no nível de centralidade “muito forte”) e Foz do Iguaçu (de centro de zona para o correspondente padrão de centro sub-regional ou nível de centralidade “forte para médio”), ambos pólos de aglomerações urbanas com elevadas taxas de crescimento populacional e de participação na renda do Estado.

Nos três estados sulinos – Santa Catarina em menor escala –, muitos municípios apresentaram queda na ordem de centralidade, e em alguns casos bastante expressiva. De modo geral, essas quedas podem ser explicadas com base em três fatos:

---

<sup>13</sup> As cidades de maior porte e possuidoras de mais de uma unidade de coleta do IBGE não foram pesquisadas.

- Inserção em/ou proximidade a espacialidades de concentração, nas quais se reforçam apenas as centralidades mais expressivas, evidenciando um caráter seletivo. Mesmo tendo os níveis de centralidade rebaixados, esses municípios permanecem e até revigoram os padrões de crescimento populacional e participação na renda do aglomerado. Seguem atuando complementarmente a outros que realizam funções mais especializadas e complexas, acentuando-se a distinção entre eles. No Paraná, é o caso dos municípios inseridos e/ou próximos aos complexos urbanos do Norte e Oeste, Apucarana, Arapongas, Jandaia do Sul e Rolândia, no Norte; no Oeste (Toledo); assim como no Sudoeste (Pato Branco e Francisco Beltrão); e à ocupação contínua de fronteira, como Mafra e Rio Negro, que declinam da categoria de capitais regionais passando para a de centros de zona, correspondendo ao nível de centralidade “médio para fraco”, por sofrerem a sinergia da localização contínua a outro centro urbano, expressando ao mesmo tempo, um padrão de crescimento populacional acima da média do Estado, e reduzida capacidade de especialização e/ou complexidade funcional, dada a gestão desarticulada baseada em modelos de administração concorrentes.
- Localização em áreas sem uma polarização forte e com a presença de muitas centralidades de menor nível e muito próximas umas das outras, como é o caso do Norte Pioneiro paranaense (no qual se aglutinam os centros de Bandeirantes, Cornélio Procópio, Ibaiti, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina), onde pesa ainda a fragilidade econômica da região.
- Localização em áreas que sofreram mudanças abruptas na estrutura produtiva, não acompanhando a dinâmica dos novos processos produtivos, tendo esgotado sua capacidade de retenção populacional e diversificação funcional. Mesmo assim, permanecem exercendo o papel de pólos regionais, como os centros paranaenses de Paranavaí, Umuarama, Cianorte, Goiô-Erê, Ivaiporã, Guarapuava e Irati.

Essa mobilidade de posições guarda assim, estreita relação com os arranjos na distribuição da população e da atividade econômica, em face da reestruturação produtiva desencadeada na região após 1970. A dinâmica constatada aponta para a importância crescente assumida pelas espacialidades de concentração em território sulino, já que a quase totalidade dos centros que galgaram posições superiores ou se mantiveram em posições de destaque na escala comparativa, está associada a aglomerações urbanas de caráter metropolitano ou não-metropolitano, a aglomerações descontínuas, a eixos articulados e/ou aos centros isolados com papel relevante na hierarquia da rede urbana regional (IPARDES, 2000). Ao mesmo tempo, revela-se a seletividade promovida por essas espacialidades, já que concentram, em um número relativamente restrito de municípios, as funções de maior complexidade.

Com base nos mesmos critérios considerados para a definição dos sistemas urbano-regionais do Brasil (IPEA, 2002), quais sejam, a demarcação dos espaços territoriais submetidos à influência das centralidades, a contigüidade geográfica e a dependência funcional, procurou-se, com maior cuidado, identificar os subsistemas urbano-regionais paranaenses, que salientam um conjunto de centralidades expressivas peculiares, por absorverem significativa convergência de demanda de bens e serviços e por configurarem um nítido recorte de grande extensão geográfica (MOURA e WERNECK, 2001).

A região de influência direta do subsistema urbano-regional de Curitiba estende-se de Nordeste a Sudeste do Paraná, compreendendo toda a área metropolitana de Curitiba e do Litoral – onde Paranaguá se sobressai pela função portuária, sem, contudo, adquirir posição de destaque na escala de centros. Penetra nas regiões de Mafra, Canoinhas e Caçador, porções limítrofes do estado de Santa Catarina, ao longo da BR 116.

Esse subsistema principal, além de sua região de polarização direta, articula no Paraná as regiões de influência de Ponta Grossa – que, além de Curitiba, demanda bens e serviços em São Paulo, sendo o único município com centralidade expressiva no Estado que apresenta essa ordem de ambigüidade – Guarapuava e União da Vitória – esta exercendo influência sobre municípios catarinenses vizinhos. No sul do estado de Santa Catarina, articula a região de influência de Lages, evidenciando o avanço de sua polarização no eixo da BR 116, e a de Joaçaba, que integrada funcionalmente à região de influência de Curitiba, faz parte da aglomeração descontínua de Chapecó juntamente com Xanxerê, Xaxim e Videira, articulada por atividades da agroindústria da carne (IPARDES, 2000).

Um segundo subsistema com vínculos muito estreitos ao de Curitiba é comandado por Cascavel, a despeito de posicionar-se na terceira ordem da hierarquia, pelo seu nível de centralidade “forte”. Sua localização geográfica – no Extremo Oeste paranaense - distante de outras centralidades expressivas, e a extensão da sua área de influência, lhe atribuem a condição de articular um subsistema que inclui em sua rede de centros, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e Toledo. Penetra no estado do Mato Grosso do Sul, em municípios adjacentes, compartilhando sua influência com Dourados. Foz do Iguaçu, como pólo de uma aglomeração que transcende os limites nacionais, compõe relações intensas com cidades fronteiriças do Paraguai e da Argentina.

Londrina e Maringá, dada a sua proximidade geográfica, compartilham o comando de um subsistema na porção Norte paranaense. Ambos com nível de centralidade “muito forte” transpõem sua área de abrangência sobre os limites de São Paulo e Mato Grosso do Sul, articulando trocas com municípios das regiões de Marília, Assis, Presidente Prudente e Ourinhos no primeiro estado, e Dourados, no segundo.

A região de influência de Londrina integra diretamente Ivaiporã e as áreas polarizadas pelos centros do Norte Pioneiro paranaense (Cornélio Procopio, Jacarezinho, este também sob influência de Ourinhos, e Santo Antônio da Platina). Londrina e Maringá abrigam conjuntamente as áreas de influência de Apucarana, Paranavaí, Campo Mourão e Umuarama. A polarização exclusiva de Maringá restringe-se à sua área de influência direta e à de Cianorte, no Noroeste paranaense. Descreve uma abrangência bem mais modesta que a de Londrina, o que justifica plenamente a distinção desta no conjunto de Centros Regionais, principal categoria não-metropolitana na escala da rede urbana brasileira (IPEA, 2002).

A amplitude desse espaço bipolarizado teria reforçada sua importância, se conjugasse maior articulação nos aspectos econômico-funcionais e nos procedimentos de gestão, seguramente podendo alçá-lo a um patamar de importância comparável ao metropolitano.

Também ligado ao sistema urbano-regional de Curitiba, o subsistema de Florianópolis tem como pólo a capital do Estado e principal centralidade catarinense. Florianópolis, além de sua área de influência direta, com o nítido patamar ocupado pela segunda principal centralidade de seu aglomerado urbano, São José, articula as regiões de influência de centros como Joinville e Blumenau, duas importantes aglomerações urbanas da porção leste catarinense, assim como Tubarão e Criciúma (também configurando uma aglomeração urbana), em sua porção sul. É curioso destacar que Joinville e Blumenau acusam também a procura dos bens e serviços pesquisados em São Paulo.

A região que recorta o Oeste catarinense e o Sudoeste paranaense configura um subsistema interestadual, vinculado ao sistema Curitiba. Esse subsistema compõe-se das nucleações em torno de Chapecó, que se destaca pelo nível de centralidade “forte”, e de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, e de Pato Branco e Francisco Beltrão, no Paraná. Seus centros desenvolvem fluxos que transpõem também as fronteiras do Rio Grande do Sul, integrando municípios das regiões de influência de Erechim e Frederico Westphalen. Mesmo assim, pelos fortes vínculos existentes entre esses centros e Passo Fundo, eles se inserem em seu subsistema. Representativo dessa interestadualidade, Chapecó demanda bens e serviços em Florianópolis e em Porto Alegre.

Os subsistemas identificados, articulados a Curitiba e Porto Alegre, confirmam-se e se atualizam na análise de outras matrizes de relações intermunicipais, como as compostas pelo movimento pendular pesquisado pelo Censo Demográfico (IBGE) e pelas Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) dos anos de 1998 e 1999, e de 2001 e 2002. Estudos para a regionalização do sistema de saúde (RELATÓRIO III, 2000; IPARDES, 2005c) demonstram que os municípios com os maiores valores de AIHs e com os maiores índices de capacidade instalada, coincidem com as principais centralidades apontadas pelo IBGE, e os contornos dos aglomerados e sub-aglomerados identificados a partir da convergência dos fluxos de AIHs em muito se igualam às regiões de influência das cidades.

Em ambos, uma leitura mais acurada da abrangência da polarização dos centros, deixa clara a dificuldade extrema de estabelecer seus limites regionais, assim como aponta para a permeabilidade das fronteiras interestaduais, acentuando o alto grau de trocas nas áreas fronteiriças.

### 3.5.2 PRINCIPAIS CENTRALIDADES

Para desenhar uma regionalização é fundamental o olhar sobre a centralidade exercida pelas cidades no território, pois ajuda a estabelecer os contornos dos recortes espaciais das regiões funcionais, isto é, aquelas que mostram a área de abrangência do atendimento de uma determinada função urbana a partir de um ponto localizado. Buscando mostrar a centralidade das cidades paranaenses no âmbito estadual, são estudados os casos para os quais existem informações disponíveis sobre as interações predominantes entre os diversos pontos.

Em um primeiro momento, são mapeados os deslocamentos dos pacientes que demandam internamento hospitalar, em cima de seu encaminhamento de um município para outro em função das disponibilidades e especialidades da rede de saúde, com base em estudo que tem por referência as Autorizações de Internamento Hospitalar – AIH do Sistema Único de Saúde (SUS) emitidas em todo o âmbito estadual de janeiro a junho de 2004<sup>1</sup>. Retratam, portanto, um quadro com características específicas, porque esses fluxos, primeiro, não representam uma atitude espontânea por parte dos pacientes, os quais são dirigidos para aqueles hospitais que têm capacidade de atendimento, de conformidade com o estabelecido em convênios intermunicipais, e segundo, por também terem seu alcance regional predefinido de acordo com a organização estadual na área da saúde.

Mesmo com estas restrições, vê-se que os fluxos têm comportamento esperável, pois os maiores centros urbanos são os destinos principais dos internamentos autorizados, conforme se pode perceber no **Mapa 12**.

Mas há que se estar atento para as pequenas porém significativas nuances, como as que mostram fluxos indiretos com relação ao pólo regional, isto é, municípios em posição intermediária aparecendo como destino dos deslocamentos ocorridos, o que pode indicar ou sub-polarização para centros urbanos com expressão microrregional ou de dependência histórica de relacionamento de pequenas cidades próximas, escapando à força direta de atratividade das funções urbanas de centros maiores. Nesse contexto, tomando a Região Metropolitana de Curitiba como exemplo, tem-se no primeiro caso a posição de destaque de Campina Grande do Sul, dadas as condições que oferece com o Hospital Angelina Caron – hospital geral de grande porte, com atendimento de alta complexidade (cardiologia, oncologia, transplantes) e que fica próximo às interligações viárias com São Paulo, Litoral do Paraná e Santa Catarina – e no segundo, a dependência de Doutor Ulisses a Cerro Azul, de quem era distrito antes de tornar-se município autônomo, e para quem envia metade dos seus pacientes dependentes de internamento, já que nenhum é tratado no próprio município, por não dispor de hospital.

---

Inserir *Mapa 12* - de Centralidade de Internamentos Hospitalares (Só Fluxos)

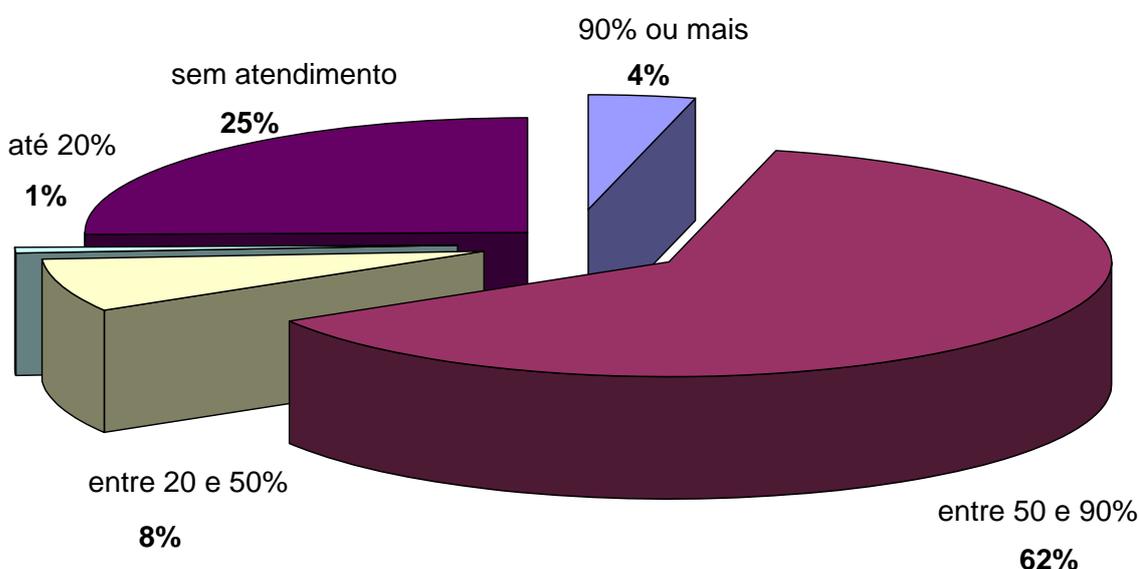
Arquivo 6.fluxo de aih

---

Por outro lado, pode-se adicionar aos fluxos gerados entre municípios, também os atendimentos prestados internamente em cada localidade, como representado no **Mapa 13** que combina a espessura da linha dos fluxos com o diâmetro dos círculos, mostrando o número total de atendimentos prestados.

Nesse mapa percebe-se que nas regiões mais dinâmicas o maior número dos atendimentos realizados se dá nos próprios municípios onde são gerados, isto é, o grau de dependência de equipamentos hospitalares externos ao município é menor, como seria de imaginar, e os fluxos têm menor expressão, ao passo que nas regiões menos desenvolvidas existem mais deslocamentos para os pólos urbanos, que proporcionam atendimento mais completo de saúde. Na Região Metropolitana de Curitiba ambas circunstâncias se somam, mostrando sua identidade dual, ou seja, uma metrópole cuja malha urbana se estende além de seus limites municipais, soldada a subúrbios de forte dinâmica, em meio a uma região de conhecidas carências nas periferias mais longínquas.

Do total dos 399 municípios paranaenses, apenas 15 conseguem prestar atendimento a mais de 90% dos internamentos autorizados dentro do próprio município. A grande maioria (250 municípios ou quase 2/3 do total) atende entre metade e 90% das AIHs nos seus próprios hospitais. Uns poucos – 30 municípios – aceitam de 20 a 50% dos casos; e cerca de 100 municípios (ou 1/4 do total) não oferecem internamento hospitalar aos municípes, ou seja, todos os pacientes são levados para outra localidade, como mostra a **Figura 11**.



**Figura 11**  
 ATENDIMENTO COM INTERNAMENTO HOSPITALAR NO PRÓPRIO MUNICÍPIO - % TOTAL

---

Inserir *Mapa 13* arq. 7.fluxo e volume de aih

---

Outra centralidade a partir de fluxos dominantes é montada com base em matriz de Origem/Destino (O/D) do transporte intermunicipal de passageiros no mês de maio de 2005, conforme dados fornecidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER-PR, processados pela Companhia de Informática do Paraná – Celepar. Esse período foi escolhido por estar fora dos meses de férias ou dos que tenham feriados prolongados, os quais poderiam distorcer as informações por introduzir sazonalidades desaconselháveis.

Os fluxos dominantes dos passageiros de ônibus intermunicipais são um dos melhores, senão, o melhor indicador das relações interurbanas no espaço regional, por estarem vinculados diretamente a deslocamentos que se exercem sobre o território e são condicionados por ele, uma vez que se dão sobre as linhas viárias de interligação entre as cidades, que são estabelecidas em função de pontos obrigatórios de passagem, tais como pontes e passos em cadeias de montanhas. São também resultado da livre escolha das pessoas que buscam atendimento das suas demandas dentro de um raio alcançável, com o menor trajeto, por isso mesmo, relacionados ao que se chama de distância funcional. Isto é, cidades que têm menor distância funcional são as que apresentam o maior fluxo de passageiros entre elas. Ou por outra, o conjunto de municípios cujas cidades têm menor distância funcional com relação a determinado pólo urbano forma com este uma região polarizada.

Ressalte-se que esta análise está focalizada na questão da centralidade, não da polarização, uma vez que o conceito de pólo freqüentemente remete à idéia de ponto estratégico para investimento, de forma a atender a competitividade entre cidades por recursos regionais ou mundiais, ou para a aglutinação de atividades de comando vinculadas aos setores de serviços de alta tecnologia e de finanças, as quais reforçam o papel estratégico dos centros urbanos.<sup>2</sup>

No **Mapa 14** aparentemente são repetidas as situações de concentração resultantes dos outros estudos de centralidade, com o pólo metropolitano e os pólos regionais bem marcados. Algumas considerações metodológicas se impõem, no entanto. No caso da Região Metropolitana de Curitiba como no da de Londrina, os principais fluxos de passageiros de ônibus intermunicipais foram eliminados, por ocorrerem em linhas que fazem indistintamente o transporte de passageiros locais ou interurbanos. Isto posto, vê-se que os fluxos associados às centralidades demarcadas, permitem avaliar com boa precisão os limites da área de influência de cada pólo regional, o que leva à delimitação de regiões polarizadas, que podem ser hierarquizadas de acordo com a posição relativa do pólo no ranking estadual, como visto anteriormente. Disto resulta a árvore de agrupamento ou dendrograma, reunindo os municípios por sucessivas regiões e sub-regiões polarizadas, obedecida a hierarquia preconizada para a rede de cidades paranaense, como apresentado na seqüência.

*Inserir Mapa 14* – arq 10. fluxo de transporte de passageiros

Por último, estudam-se as centralidades da rede de cidades paranaenses a partir das ligações telefônicas, considerando o volume mais significativo de minutos tarifados nas ligações completadas por telefones fixos em todos os 399 municípios paranaenses durante o mês de maio de 2005, conforme dados fornecidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, que são apresentados no **Mapa 15** .

Ao contrário das análises efetuadas com fluxos físicos de pessoas, a utilização de ligações telefônicas remete à virtualidade desse processo de articulação entre cidades, por não depender de barreiras físicas e também por estar atualizado com uma sociedade que crescentemente se comunica em rede, por onde circulam recursos intangíveis, como operações financeiras, condensados em bits e bytes, ainda modulados através de linhas telefônicas, mas comandados por satélites e disputando o uso crescente das bandas largas dos cabos.

Entendendo, tendo em vista que tratar-se de um espaço que não se vincula diretamente à conformação do território, alguns pontos emergem da análise:

- A rede de cidades paranaense é fortemente conectada à capital de Curitiba, cuja influência direta se estende até os limites estaduais dela mais longínquos como Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon ou mesmo São Jorge do Patrocínio e Querência do Norte.
- Além de sua periferia imediata com a qual mantém ligações diretas, seja na região metropolitana ou na região litorânea, Curitiba também exerce centralidade sobre as redes urbanas associadas a todos os outros pólos regionais, isto é, é um pólo na escala estadual.
- Entretanto Londrina, Maringá e Cascavel mostram forte centralidade sobre as respectivas áreas de influência, como pólos na escala regional, sendo bastante clara a linha limite entre as duas áreas correspondentes aos dois primeiros pólos,, mesmo que muito estruturados e interligados, enquanto Cascavel é pólo de grande influência regional estrutural, que atua independentemente do restante da rede urbana estadual.
- Do mesmo modo, outras localidades merecem destaque por representarem influência polarizadora independente da articulação com outros pólos da rede estadual – exceto Curitiba, naturalmente – como são os casos de Umuarama no Noroeste paranaense, o mais marcante; Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu no Oeste; Francisco Beltrão e Pato Branco no Sudoeste; União da Vitória no Sul; e Jacarezinho no Norte Pioneiro.

Como resultado, tem-se um esboço delineando com seus traços principais o quadro das centralidades no território paranaense.

---

INSERIR AQUI O *MAPA 15* DE LIGAÇÕES TELEFONICAS?

ARQ. MAPA TELEFONIA (VER SE ENTRA)

---

## 4 A REGIONALIZAÇÃO DO PARANÁ

## 4.1. REGIONALIZAÇÃO

Dentro da visão prospectiva assumida, permanece como questão central, a maneira de agrupar as intervenções que deverão ser realizadas dentro de recortes regionais, na organização do espaço paranaense.

Quais os critérios a utilizar para proceder a essa regionalização?

Pode-se apontar, entre muitas outras, as seguintes possibilidades para realizá-la:

- de acordo com os postulados da Teoria dos Lugares Centrais, em decorrência da hierarquia das centralidades analisadas, isto é, estabelecendo regiões de planejamento centradas em pólos, sub-pólos e relações funcionais com suas áreas de influência.
- em função das razões causais que provocam as intervenções previstas, tais como demandas por determinado tipo de ação, que cubram uma parcela expressiva do território estadual.
- pela associação espontânea dos municípios, formando grupos que receberão os resultados das ações planejadas.

No primeiro caso, tem-se como pano de fundo um enfoque estruturado verticalmente, enquanto os dois outros mostram uma estruturação horizontal.

Cessada a ocupação física do espaço paranaense, as sucessivas transformações ocorridas retratam diferentes tipos de rearticulação das funções urbanas sobre todo território estadual, caracterizando uma forte dinâmica.

Isto fica mais claro quando se analisam as diversas formas adotadas para dividir o território em espaços administrativos, como mostrado nos mapas anexos. Percebe-se entretanto, que alguns limites regionais se sobrepõem, a indicar a formação de macro-espaços.

Analisando os recortes das diversas Administrações Regionais estaduais, observa-se a existência de coincidências e de divergências de limites. Por um lado, a quantidade de Regionais analisadas por Instituição é variável, como apresentado a seguir: COHAPAR (Habitação) 14, IAP (Instituto Ambiental) 20, PARANÁ ESPORTE (EsporteS)14, SEFA (Fazenda Estadual) 10, SEMA (Meio Ambiente) 07, SEOP (Obras Públicas) 14, SESA (Saúde) 22, SETU (Turismo) 05, SUDERSHA (Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) 07.

Por outro lado, das 23 cidades sedes de regionais, apenas 08 concentram o seu maior número:

- Curitiba (09), Londrina, Maringá e Ponta Grossa (08), Cascavel (07), Guarapuava, Paranavaí e Umuarama (06). Nas 14 cidades restantes o número de regionais varia de 05 a uma.

A seguir faz-se uma consolidação dos vários recortes existentes, rebatidos territorialmente.

O **Mapa 16** obtido através da sobreposição dos limites das administrações regionais da SEOP, SEFA, SESA, SEMA, SUDERSHA e COHAPAR e das mesorregiões do IBGE, mostra claramente a dificuldade para organizar a ação administrativa dentro de recortes especiais e semelhantes. O **Mapa 17** demonstra condição semelhante.

Impõe-se, entretanto, pressupor outra interpretação que suplante aquelas possibilidades e conduza a uma montagem tridimensional, ao organizar os recortes estaduais tendo como objetivo a possibilidade de parcerias futuras.

Por isso, decide-se pela divisão territorial que mais se aproxima dos diversos recortes utilizados pela administração estadual e pelas associações de municípios, conforme mostra o **Mapa 18**.

Inserir *mapa 16*. Regionalizações Administrativas

Inserir *mapa 17*-Regiões de Planejamento

---

---

Inserir *mapa 18* Regionalização (qual dos arquivos está valendo?)

---

## 5 REFERÊNCIAS

- 1 IparDES. *Tecnologias Adequadas em Equipamentos e Serviços de Saúde para Escalas Regionalmente Diferenciadas*. Sumário Executivo. 2004.
- 2 Castells, Manuel. *The Rise of the Network Society – Information Age*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.